

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Depois do referendo Conciliar os Portugueses evitando clivagens e impedindo radicalismos



Declaração do Presidente, após o referendo

Destaques:

Marques Guedes sobre o controverso Aeroporto da Ota
Leia em "Parlamento"

Carmona Rodrigues coloca os "pontos nos iis" na situação da câmara de Lisboa
Leia em "Local"

Actividades do Presidente

Marques Mendes pede «bom senso e equilíbrio» e comenta resultado do referendo

O líder do PSD entende que a votação no referendo mostrou «um País dividido». Nesse sentido, Luís Marques Mendes considera que a Assembleia da República deve ter uma atitude de bom senso. «A votação de hoje mostrou, nesta matéria muito sensível, um País dividido. Uma das grandes tarefas que se coloca agora é a de tentar conciliar os Portugueses, evitando clivagens e impedindo radicalismos. Exige-se, em especial aos responsáveis políticos, uma atitude de moderação e de bom senso», afirmou o presidente do PSD.

Após uma semana em que a política quase se apagou face ao referendo e respectivos resultados, Marques Mendes volta a pedir – de acordo com a sua linha de conduta, que os portugueses se habituaram a respeitar – tranquilidade, equilíbrio e justiça.

Exactamente nessa linha, o nosso Presidente proferiu a seguinte declaração, quando os valores da votação foram confirmados:

Declaração do Presidente do PSD

«1 - Quero saudar todos os Portugueses que votaram no referendo de hoje. Os que votaram SIM e os que votaram NÃO. Uns e outros afirmaram as suas convicções. Merecem o nosso respeito.

A maioria votou SIM. Pronunciou-se no sentido de mudar a lei. Apesar de o referendo não ser juridicamente vinculativo, entendo que a sua vontade deve ser respeitada. É legítimo que a nova lei possa



reflectir a opinião maioritária hoje alcançada. Trata-se, além do mais, de um imperativo de coerência – adoptar hoje o mesmo critério seguido há 8 anos atrás quando venceu o NÃO.

Uma parte significativa do País votou NÃO. As suas posições não

fizeram vencimento. Mas são milhares de Portugueses que se empenharam neste referendo, que têm convicções diferentes mas igualmente fortes, cujas posições e ideias não podem nem devem ser menosprezadas.

2 - A votação de hoje mostrou, nesta matéria muito sensível, um País dividido.

Uma das grandes tarefas que se coloca agora é a de tentar conciliar os Portugueses, evitando clivagens e impedindo radicalismos. Exige-se, em especial aos responsáveis políticos, uma atitude de moderação e de bom senso.

É o apelo que faço.

Um apelo que também deve ser seguido no Parlamento. A nova lei sobre a interrupção voluntária da gravidez deve ser marcada por critérios de prudência e equilíbrio.

É importante consagrar na versão final da nova lei a obrigatoriedade de um período de aconselhamento à mulher que está inclinada a fazer um aborto, criando estruturas eficazes

para esse efeito.

Como é fundamental que a nova lei dê um sinal claro de compromisso do Estado no apoio a uma política de prevenção e de ataque às causas que conduzem ao aborto, em particular no apoio a mulheres grávidas em situação de carência económica e social e a muitas instituições de solidariedade social que promovem a defesa da vida.

3 - Finalmente, uma palavra de muito apreço pelos vários movimentos que, a favor do SIM ou do NÃO, se criaram na sociedade.

Num referendo que não era partidário e num tempo em que as pessoas tanto se alheiam da participação cívica, a verdade é que a sociedade se mobilizou e muitos movimentos cívicos deram um excelente exemplo de cidadania.

Este exemplo deve ser louvado. Ele contribui para ajudar a melhorar a qualidade da nossa democracia.

– Gab. Pres. PSD





Intervenção sobre a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, no que respeita à composição, competências e funcionamento do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Deputado Manuel Correia de Jesus
Assembleia da República, 7 de Fevereiro 2007

(...)

Ao se perfazerem vinte cinco anos sobre a data da entrada em vigor da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, esperávamos que o Governo aqui viesse apresentar uma nova lei, que tivesse em conta as profundas mutações que, entretanto, ocorreram no domínio da Segurança e Defesa. Afinal, o que o Governo nos traz é mais uma alteração pontual à actual lei, aliás a sétima, circunscrita ao Conselho Superior de Defesa Nacional.

A necessidade de revisão da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas há vários anos que vem sendo sentida, tendo-se tornado propósito constante da acção governativa, na área da Defesa, desde o XIV Governo Constitucional até ao presente. À semelhança do que acontece nos programas dos governos anteriores, no Programa do actual Governo está prevista “a revisão da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), que deverá reflectir o novo quadro legal em que se insere a prestação do serviço militar, bem como a redefinição das condições legais de empenho das forças militares em situações de gestão de crises”.

... a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas é um diploma que corresponde a determinado período histórico, coincidente com a extinção do Conselho da Revolução e consequente subordinação da Forças Armadas ao poder político democrático. Com a Revisão Constitucional de 1982, Portugal deixou de ter uma democracia tutelada para passar a ser, formalmente, uma democracia plena. Ao tempo, o condicionalismo político-militar aconselhava determinados cuidados e a manutenção de certos equilíbrios, mas tais cautelas, hoje, já não têm razão de ser.

(...)

No último quarto de século, ocorreram, quer na ordem interna, quer na ordem internacional, importantes mutações a que os governos de Portugal procuraram responder com alterações pontuais à lei, mas hoje é manifesta a urgência

de uma nova lei, ou de duas leis, uma respeitante à Segurança e Defesa, a outra às Forças Armadas, como alguns defendem.

É que, no plano interno, a revisão constitucional de 1997 veio reconhecer expressamente que incumbe às Forças Armadas satisfazer os compromissos internacionais do Estado português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte, bem como o seu empenhamento em outras missões de interesse público, o que, com frequência e reconhecido sucesso, tem acontecido na última década.

Ocorreu, entretanto, a mais significativa mudança ao nível do regime do serviço militar, com o fim da conscrição e consequente profissionalização das nossas Forças Armadas.

Alteraram-se os conceitos estratégicos e militares e tem-se vindo a operar a reestruturação, reequipamento e modernização do aparelho militar.

No plano internacional, registaram-se alterações significativas, também elas com evidente impacto sobre as políticas públicas de segurança e defesa no nosso país e, consequentemente, nos seus instrumentos legislativos enquadramentos. Tais alterações consubstanciaram-se, em síntese, no seguinte:

A consolidação do novo mapa europeu emergente do fim da Guerra Fria, consubstanciada numa alteração qualitativa do quadro de relações com a Rússia, na adesão de países do Leste europeu à Aliança Atlântica e na eclosão de conflitos violentos nos Balcãs;

O novo quadro de ameaças, onde, para além do terrorismo, se destacam a proliferação de armas de destruição maciça, nas suas dimensões nuclear, radiológica, biológica e química, e ainda os meios convencionais de médio e longo alcance, bem como a sua acessibilidade a organizações não estaduais; e mais recentemente a



ameaça energética;

A evidência de que o terrorismo transnacional constitui uma grave ameaça ao sistema de Estados soberanos e independentes, à sua autoridade, aos valores humanistas e ao próprio regime democrático;

A emergência de novos tipos de conflitos, de cariz étnico e religioso, e o agravamento de conflitos regionais;

A crescente desregulação dos fluxos migratórios, com o acentuar do fenómeno da imigração ilegal e das suas consequências políticas, sociais e humanitárias.

As mudanças também ocorreram no quadro das alianças e organizações internacionais de que Portugal é parte.

A NATO tem vindo a reformular o seu conceito estratégico de acordo com as novas realidades, alargando a sua acção muito para além dos limites originários, e está a um passo de se transformar numa verdadeira

Agência Global de Segurança.

No seio da União Europeia surgiu e tem vindo a ganhar corpo a Política Europeia de Segurança e Defesa, que coloca a Europa entre os principais actores da segurança ao nível planetário.

As Nações Unidas, a partir da década de 90, têm levado a cabo um grande número de operações de paz, algumas delas com a relevante participação de Portugal.

No mundo lusófono, ocorreu a institucionalização da CPLP, com uma reconhecida dimensão de segurança e defesa e a que, em 2002, veio juntar-se Timor-Leste como novo Estado membro de pleno direito.

Por fim, o esbatimento progressivo da distinção entre ameaça interna e ameaça externa, o novo quadro de ameaças, com particular destaque para o terrorismo, sobrepuseram-se à distinção clássica entre segurança e defesa e antes

comprovam que estas são indissociáveis como as duas faces de uma mesma moeda.

(...)

Vê-se, assim, que, em matéria de defesa e segurança, tudo mudou, tudo muda à nossa volta, no País e no Mundo, e Portugal continua com a velha e remendada Lei de 82.

Por tudo isto, Senhor Ministro, o que devíamos estar a discutir, neste momento, era a nova Lei de Defesa Nacional.

Mas, afinal, o que o Governo aqui nos traz, contra o seu Programa, contra o estipulado nas Grandes Opções do Plano, é mais um remendo. É caso para se dizer “mons murem peperit”.

Não só porque a iniciativa legislativa do Governo não responde ao desígnio nacional e patriótico de compatibilizar a Lei de Defesa Nacional com a nova envolvente nacional e internacional, mas porque fica muito aquém daquilo que seria legítimo esperar quanto à matéria concreta de que se ocupa a Proposta de Lei ora em discussão.

Não questionamos as alterações propostas em sede de competências e funcionamento do Conselho Superior de Defesa Nacional. Elas decorrem da evolução legislativa e também da prática e, por isso, não podem deixar de merecer a nossa concordância, sem prejuízo de uma mais aprofundada análise quando da discussão na

especialidade.

Há muito que essas alterações em matéria das competências administrativas do Conselho vinham sendo reclamadas. Já em Novembro de 2001, o então Presidente da República, no discurso proferido por ocasião da abertura solene do ano académico no Instituto de Defesa Nacional, referindo-se ao Conselho Superior de Defesa Nacional, afirmava: “Sublinho de novo a necessidade de uma reflexão sobre a natureza, composição e funções de um órgão que completa quase duas décadas de funcionamento. Há que torná-lo cada vez mais uma instância de consulta e de preparação aprofundada, que se trate das vertentes mais significativas da organização e planeamento estratégico da Defesa Nacional e esteja em causa a preparação de decisões complexas ou de iniciativas a enviar ao poder legislativo, e aliviando-o, paralelamente, das suas competências meramente administrativas e que não têm lugar num órgão de consulta verdadeira”.

Não havendo divergências de fundo quanto ao que vem proposto em matéria de competências e funcionamento do Conselho, cabe analisar mais detidamente a questão da sua natureza e composição.

Dizem a Constituição e a Lei de Defesa Nacional que o Conselho Superior de Defesa Nacional é um

órgão de consulta, que dá parecer. Mais diz a Lei que o objecto da consulta são os assuntos relativos à defesa nacional e à organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas. E acrescenta que o Conselho é presidido pelo Presidente da República, que goza de voto de qualidade. Temos por líquido que esta presidência é exercida pelo Chefe do Estado na sua dupla qualidade de Presidente da República e de Comandante Supremo das Forças Armadas.

Quanto à restante composição do Conselho ela decorre de inerências com membros do governo, com chefias militares, com os Representantes da República para as Regiões Autónomas e com os Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, dele também fazendo parte dois deputados à Assembleia da República, eleitos por esta.

(...)

Que observações têm sido feitas sobre a actual composição do Conselho?

A primeira é a da sua excessiva governamentalização. Com efeito, nele têm assento o Primeiro-Ministro, os vice-primeiros-ministros, se os houver, e os ministros responsáveis pelos sectores da defesa nacional, dos negócios estrangeiros, da segurança interna, das finanças, da indústria e energia e dos transportes e



comunicações. É, de facto, uma representação excessiva e parcialmente inútil, como o demonstra a realidade vivida ao longo destes vinte e cinco anos.

A segunda é a da insuficiente representação parlamentar, sobretudo quando em contraponto com a excessiva presença governamental, que poderia ser obviada através da competência que a Lei atribui ao Presidente da República de convidar quaisquer entidades a participar em determinadas reuniões do Conselho.

A terceira e última observação é a de que se justificaria a existência de membros do Conselho nomeados pelo Presidente da República, atentas as características do órgão e as competências do Presidente em matéria de defesa, nomeadamente como Comandante Supremo das Forças Armadas.

Como responde a proposta do Governo a estas preocupações?

Limita-se a apresentar-nos um projecto de lei, de cunho marcadamente subjectivista, que não responde a nenhuma daquelas preocupações.

Esta é uma daquelas propostas de lei que muito vai beneficiar da discussão na especialidade. Podem o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista contar com o nosso contributo.

Intervenção sobre a atribuição do direito a subsídio de desemprego ao pessoal docente e investigador contratado por instituições do ensino superior e de investigação públicas

Deputado Emídio Guerreiro
Assembleia da República, 7 de Fevereiro de 2007

(...)

O direito ao subsídio de desemprego ao pessoal docente e investigador contratado por instituições do ensino superior, tema do debate de hoje, tem ganho actualidade por força dos múltiplos despedimentos, já concretizados ou anunciados, no ensino superior e que resultam em muito das opções políticas do governo.

Quando em finais de 2003 se discutiu, nesta Câmara, este mesmo assunto, o PSD deixou claro, por intermédio do Dep. Pedro Roque, que esta matéria estava a ser trabalhada pelo Governo de forma a dar cumprimento ao acórdão do Tribunal Constitucional.

Como é do conhecimento de todos, poucos meses depois esta Assembleia da República foi

dissolvida e não foi possível concluir o processo.

Mais recentemente, em 30 de Novembro de 2007, na votação na especialidade o Deputado Pedro Duarte deixou bem claro qual é a nossa posição relativamente a este assunto.

(...)

Mais importante e decisivo que discutirmos o passado importa discutir o presente e o futuro.

É por demais evidente a injustiça que o estado português cometeu ao longo dos anos ao não consagrar o direito ao subsídio de desemprego aos docentes e investigadores universitários e politécnicos. Mas é também evidente que este problema hoje é bem mais real. O desemprego nesta actividade tem vindo a aumentar exponencialmente. Ou seja,

de uma discussão no plano dos princípios que se fazia há alguns anos atrás, quando este fenómeno era inexistente ou residual, passamos para uma discussão bem mais concreta, bem mais real pois esta situação passou a ter uma expressão significativa.

E é por isso que não compreendemos o Governo e o PS.

Está em funções há dois anos. No passado mais ou menos distante comprometia-se a resolver este problema. Chegado ao poder faz exactamente o contrário do que prometeu.

Começa por tomar medidas que claramente fazem disparar o número de desempregados. Os cortes orçamentais feitos às instituições do ensino superior, agravados pelos aumentos de 7,5% dos descontos para



a Caixa Geral de Aposentações, só podia resultar nesta realidade que é o disparar de rescisões dos contratos e o consequente aumento de desemprego dos funcionários mais qualificados que o Estado tem!



Mas o Governo sabia que o resultado desta sua política seria este.

Não pode, nesta matéria, alegar desconhecimento. O Ministro Mariano Gago ao longo de 2005, primeiro ano de governação do actual governo, foi passando a ideia para o país que estava a tratar deste problema. Foi tomando compromissos públicos com os agentes do sector e com os portugueses que o problema se resolveria! Em 5 de Novembro de 2005 deixava os sindicatos satisfeitos ao garantir que se esta Assembleia da Republica não resolvesse o problema no Orçamento de Estado para 2006, o Governo resolveria o assunto, como se a maioria parlamentar não fosse do seu Partido... (JN 5/11/2005).

Dias depois em entrevista à Rádio Renascença, publicado no Jornal Publico a 7 de Novembro de 2005, remetia o assunto para a Assembleia da Republica, manifestando a sua concordância.

Em entrevista publicada no mesmo Jornal Publico em 10 de

Janeiro de 2006, há mais de um ano, dizia que o seu Ministério e o Ministério do Trabalho tinham já um entendimento e que em 2006 o assunto se resolveria!

Não deixa de ser curiosa a forma como o Ministro Mariano Gago foi contornando este problema ao longo dos dois anos de Governo.

Por um lado sempre a concordar, a assegurar aos docentes e investigadores que o problema estaria a ser tratado e que, graças ao seu empenho, a situação se resolveria rapidamente. Por outro lado regista-se a forma hábil como foi deixando passar os períodos de discussão do orçamento de estado sem que as prometidas iniciativas surgissem! Em 2005 seria o Parlamento a resolver o assunto, mas como o grupo parlamentar do PS não apresentou qualquer iniciativa não foi possível regularizar esta situação! Em 2006 seria o Governo a assumir directamente a resolução deste problema, dando-se conhecimento a todos os interessados que em 10 de Janeiro de 2006 já existia um entendimento entre os Ministérios

para resolver esta questão!

Mais uma vez, passaram as semanas, passaram os meses, passou o ano, passou a discussão do Orçamento de Estado e como nada se fez arrastou-se o problema para 2008!

Este jogo permanente de ziguezague do Ministro da tutela é no mínimo irresponsável.

Não posso deixar de recordar mais uma vez que ao longo destes dois anos, em que o Governo habilmente foi protelando a resolução deste problema, a situação se agravou de uma forma brutal devido a outras opções que o mesmo governo tomou.

Tivesse o Governo, ao longo destes dois anos, feito a reforma do modelo de governação e de financiamento das Universidades e Institutos Politécnicos, ou alterado a Lei de Autonomia ou modernizado o ECDU, adaptando-o aos novos desafios, e as Instituições poderiam ter mecanismos que evitassem os despedimentos que se estão a verificar.

Mas não! O Governo teve outras opções. Retirou autonomia, reduziu o financiamento e sobrecarregou os magros orçamentos das instituições

com mais encargos sociais.

Com este tipo de política e de opções o resultado não podia ser outro que o disparar o desemprego destes quadros qualificados. E esta realidade torna ainda mais injusta e inaceitável a insensibilidade social deste Governo no que respeita à criação do subsídio de desemprego.

Os paliativos e os subterfúgios utilizados ao longo destes dois anos com inúmeras promessas e inúmeros prazos novos deixam de fazer sentido com o debate de hoje. Chega de adiar o que é agravado todos os dias por opções erradas deste governo!

(...)

Esta situação é chocante, precisamente pela absoluta insensibilidade social do Governo.

Mas é também uma situação paradigmática. É um óptimo exemplo do despreza a que o Governo vota os seus compromissos e as suas promessas.

O PSD viabilizará os projectos em debate e espera que a maioria socialista não fuja às suas responsabilidades e faça o mesmo!

(...)

Intervenção sobre o aeroporto da OTA

Deputado Luís Marques Guedes
Assembleia da República, 07 de Fevereiro 2007

(...)

Na última semana, com a análise cuidada do Quadro de Referência finalmente divulgado pelo Governo para a aplicação dos fundos comunitários, fez-se mais um pouco de luz sobre a **teimosa intenção do Governo em construir um mega aeroporto na Ota**.

Fica agora claro, preto no branco, que o Governo se prepara para desviar dinheiros do Fundo de Coesão para financiar a Ota, e com o mesmo objectivo vender a empresa pública que gere os aeroportos nacionais.

Precisamente o contrário daquilo que o Primeiro-Ministro e o Governo andaram a dizer aos portugueses.

Disseram que a Ota era um projecto autosustentado, que o esforço de investimento seria suportado por privados e que não haveria encargos pesados para os dinheiros públicos.

Pura mentira!

É cada vez mais claro o **enorme embuste em que o Primeiro-Ministro e o Ministro das Obras Públicas**, apoiados por uma máquina de propaganda sofisticada e profissional, **querem fazer embarcar o País**.

Como é habitual nos embustes, à medida que o tempo passa a verdade vai vindo ao de cima.

Não é possível esconder tudo e,



sobretudo, não se consegue calar todos.

A proporção nacional que o

desastre pode atingir levou mesmo o Dr. Campos e Cunha, antigo Ministro de Estado e das Finanças do Eng.

Sócrates, a abandonar o silêncio a que se remetera desde a sua demissão do Governo.

Numa entrevista, muito sintomática, cujo *"timing"* seguramente não escolheu por acaso, o **antigo Ministro de Estado e das Finanças denunciou e veio confirmar – com a autoridade de quem conhece o assunto por dentro - toda a irresponsabilidade e ligeireza do Governo socialista**.

O antigo Ministro de Estado denunciou que a decisão do Governo em avançar com a Ota foi estritamente política, uma decisão não fundamentada em estudos ou análises técnicas consistentes.

O que é duplamente grave.

Grave, pela falta de seriedade política de quem assim age. E grave, também, pela evidente perda de credibilidade desses estudos, que surgem encomendados para justificar uma decisão já tomada e não para fundamentar e sustentar o próprio processo de decisão.

Mas o ex-Ministro das Finanças vai mais longe.

O **Prof. Campos e Cunha denuncia, sem rodeios, que a Ota é uma opção perigosa para a segurança das pessoas**, devido aos problemas muito sérios com ventos, na zona das pistas. Repito, Senhores Deputados, uma opção perigosa para a segurança das pessoas.



E confirma o que já se sabia.
Que a **vida útil da Ota não ultrapassa os vinte e poucos anos**, tornando-se o aeroporto obsoleto a partir de então.

A ilustração que o Dr. Campos e Cunha utiliza é de resto cristalina.

“Imagine o que era ter-se feito, e o que é que hoje diríamos, um aeroporto decidido no tempo de Sá Carneiro ou Mário Soares e agora, 20 anos depois, verificar-se que estava congestionado.”, diz o ex-Ministro.

Pois é!

O problema, Senhores Deputados, é que a questão não se coloca só no plano da imaginação, mas sim de uma cruel realidade.

Uma realidade em que o actual Governo socialista vai sorratamente avançando, e **quando os portugueses finalmente derem pela asneira ela já é um facto consumado**.

Um facto consumado de esbanjamento de dinheiros públicos e que compromete o futuro de Portugal.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os estudos encomendados vão-se sucedendo e da sua apresentação selectiva, doseada e dirigida para produzir efeitos positivos junto da opinião pública mais incauta, se encarregam as agências de propaganda do Governo.

Mas inevitavelmente, começam também a ser conhecidos relatórios técnicos que são necessários ao lançamento do concurso.

Como é o caso do relatório sobre movimentos de terras e terraplanagens, da responsabilidade de uma firma norte-americana.

Algumas das **conclusões que lá constam perspectivam não apenas dores de cabeça para a construção, mas**



antes um autêntico filme de terror.

Terror em termos de segurança. Terror em termos de durabilidade. Terror em termos do anunciado encarecimento da obra, a que condições de engenharia pesada com extraordinária complexidade necessariamente terão de conduzir.

Convenhamos, Senhores Deputados, só por uma crença acéfala na justeza imaculada das opções do Governo é que se pode assistir, apático, ao desenvolver do processo Ota.

Não contem connosco para essa letargia.

Diante os nossos olhos, de novo um Governo socialista se prepara para comprometer os recursos financeiros dos portugueses, num projecto inoportuno e insensato, e que agora se anuncia também perigoso e de curta

duração.

Já tinha sido assim com o voluntarismo provinciano que nos empurrou para a construção de um número claramente supérfluo de estádios de futebol, alguns deles, como se previa, agora às moscas e com encargos asfíxiantes para o erário público.

Não podemos permitir que, por teimosia, irresponsabilidade ou dissonância cognitiva como agora se usa chamar, volte a ser assim com a Ota.

O País não aguenta e os cidadãos não o podem aceitar.

Há, pois, uma responsabilidade própria a assumir por nós, Deputados, eleitos para representar os Portugueses na fiscalização ao Governo.

Em 98, este Parlamento constituiu uma Comissão Eventual para análise e acompanhamento da construção do futuro novo aeroporto.

Na justificação dessa Comissão, aprovada por unanimidade, lia-se que tal obra teria “*implicações decisivas para o nosso futuro colectivo*”, sendo “*incompreensível que a Assembleia da República se mantivesse alheada de tal acontecimento.*” E continuava, “*Impõe-se, pois, criar uma comissão parlamentar que permita aos Deputados seguir o assunto, numa relação muito próxima com o Governo e com as entidades a quem estiverem cometidas as necessárias tarefas...*”. (fim de citação)

Entre 2002 e 2004, por decisão assumida pelos Governos de então, o processo foi parado.

A sua reactivação pelo actual Governo, exige uma adequada resposta política no plano parlamentar.

É neste quadro que o **Grupo Parlamentar do PSD vai propor a criação de uma Comissão Eventual.**

Uma comissão que tenha por mandato analisar a necessidade, a urgência, os custos e a sua reprodutividade, as condições de segurança, o tempo de vida, e as eventuais alternativas à construção da Ota.

Os Portugueses precisam de respostas claras:

- Esta construção é mesmo necessária?
- É urgente?
- Os seus custos são comportáveis para o País?
- Qual o seu impacte sobre a nossa competitividade externa?
- Não há mesmo alternativa, melhor, mais barata e mais segura?
- Faz sentido investir num novo aeroporto que só tem de vida útil 20 ou 20 e poucos anos?
- É verdade que a Ota reduzirá muitíssimo as condições de segurança para os aviões e para os passageiros?

Precisamos de respostas isentas a estas perguntas essenciais.

Por isso, a criação desta Comissão é necessária.

Uma opção destas não se toma de ânimo leve.

Não, quando são muito maiores as dúvidas que as certezas.

Nenhuma maioria tem o direito de, por teimosia, fazer da Ota um facto consumado, **brincando com o dinheiro dos Portugueses, pondo em causa a segurança dos Portugueses e hipotecando o futuro de Portugal.**

(...)

A magnitude do que está em causa exige muito mais informação, com outra transparência e outra isenção.

Exige sobretudo uma atenção muito especial por parte da Assembleia da República.

Temos esse dever, em nome do interesse nacional.





Intervenção sobre a redução de embalagens e de resíduos de embalagens

Deputado Miguel Santos
Assembleia da República, 8 de Fevereiro de 2007

(...)

Os propósitos que presidem à apresentação pelo Grupo Parlamentar do PEV do presente Projecto de Lei serão os mais meritórios e convocam a nossa consciência cívica para uma aceitação de princípio, pois a sua aplicação reconduziria, na prática, a uma efectiva política de prevenção da produção de embalagens e, logo, dos seus resíduos, com vantagens nítidas para todos os sistemas de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.

Contudo, em muitas ocasiões – e esta parece ser uma delas – aos melhores princípios e propósitos podem acabar por vir a corresponder efeitos concretos totalmente abstrusos e perversos, perturbadores, ao fim e ao cabo, daquilo mesmo que se pretendia atingir...

Vejamos.

O nosso País, enquanto membro de pleno direito da União Europeia, está sujeito ao ordenamento jurídico comunitário e os seus cidadãos e agentes actuam num mercado aberto e concorrencial.

Neste enquadramento, aplicam-se, já actualmente, no espaço económico da União, normativos como o que decorre da Directiva 94/62, relativa à gestão de embalagens e resíduos de embalagens que,



regulando matéria ambiental, não deixa, contudo, de fazer – designadamente, logo no nº 1 do seu artigo 1º – o apelo à salvaguarda do (e cito) “funcionamento do mercado interno e evitar entraves ao comércio e distorções e restrições de concorrência na Comunidade” (sic).

Daqui facilmente se infere que, a vir a ser aplicável no nosso País o regime jurídico ora proposto pelo Grupo Parlamentar do PEV, Portugal se transformaria, desde logo e inevitavelmente, numa espécie de

uma “ilha”, impedido de importar, de exportar e, em resumo, de comercializar uma série considerável de bens e produtos, perdendo, em consequência, a sua já de si debilitada competitividade económica.

Parece-nos, pois, com o devido respeito, que no caso em presença manifestamente os fins visados não compensariam, de forma alguma, os meios.

Dito isto, mas reafirmando, contudo, a nossa sensibilidade à justeza dos princípios que subjazem à iniciativa, advogamos que, antes sim, o percurso a seguir pelo nosso País nesta matéria passe, desde logo, pelo exercício de uma diplomacia negocial forte e afirmativa neste domínio em sede das competentes instituições Comunitárias. E, Senhoras e Senhores Deputados: A futura presidência portuguesa da União Europeia no segundo semestre deste ano proporciona um excelente enquadramento histórico e político para este propósito...

Em segundo lugar, torna-se evidentemente necessário e urgente para o nosso País não continuar a adiar a feitura do “trabalho de casa”:

Questiono como a Sociedade Ponto Verde está a gerir o Sistema Integrado das Embalagens e Resíduos de Embalagens...

Questiono a razão de não

aumentarem os níveis de recolha selectiva para reciclagem...

Questiono a razão da manifesta falta de motivação entre os agentes envolvidos nesse circuito...

Questiono as queixas persistentes dos municípios – que operam a recolha dos RSUs – quanto ao Valor de Contrapartida...

E para além destas questões, importa, igualmente, perceber da razão de, cerca de 65% dos RSUs continuarem a ser, pura e simplesmente, depositados em aterros, enquanto apenas 8% são encaminhados para reciclagem...

A verdade dos factos é uma e apenas uma: É que o actual Governo não tem uma política para os resíduos e, como tal, também para a fileira das embalagens e dos resíduos de embalagens. Basta atentar, a título ilustrativo, nas delongas, nos secretismos e na total opacidade de que se reveste o processo de elaboração e aprovação do PERSU II...

No âmbito do Projecto de Lei apresentado pelo PEV, questionamos o desenquadramento e a desadequação das medidas apresentadas, sobretudo quando tal acarretaria, inevitavelmente, danos para a nossa economia, para os níveis de emprego e o bem-estar de todos.

Disse!

Intervenção sobre os resíduos de construção e demolição

Deputado Miguel Almeida
Assembleia da República, 8 de Fevereiro de 2007

Os RC&D são sem dúvida ainda um problema em Portugal. O governo teima em não avançar com o Dec - Lei que já encontrou pronto para discussão pública, arrastando assim um problema que há muito deveria estar resolvido, com sérios prejuízos Ambientais.

No entanto esta proposta do Partido ecologista os verdes, é sem dúvida meritória e respeitável e terá sido apresentada com o melhor dos propósitos na tentativa de resolver o problema existente, só que sabe a pouco.

Para que se possa atingir uma eficaz Valorização dos RC&D é necessário criar legislação que contemple uma eficaz gestão destes resíduos, de forma a reduzir a

quantidade de resíduos a eliminar, privilegiando a separação, triagem, reciclagem e posterior reutilização.

Importa definir claramente, **Quem e com que planos e regras é responsável pela gestão deste resíduo? Quais as condições de reutilização? Quais os incentivos criados para a sua reutilização? Estas são respostas que importa ver respondidas numa legislação que tarda em ver a luz do dia.**

Só será possível ter uma verdadeira reciclagem e valorização destes resíduos, com a criação do mercado do RC&D, para o qual a inclusão nos cadernos de encargos das empreitadas de obras publicas de uma garantia de incorporação mínima de resíduos inertes, é a chave desta questão.

Com este projecto-lei agora apresentado não é possível resolver a o problema de fundo. No entanto é uma tentativa meritória de trazer mais uma vez o tema ao centro da discussão política e exigir responsabilidades ao Governo e há bancada do partido socialista.

Em Julho de 2005 em sede de comissão, indaguei o Sr. Ministro sobre o andamento do Diploma que havíamos deixado pronto para se iniciar a discussão pública. O Sr. Ministro respondeu-me que não só estaria de facto pronto para se iniciar a discussão pública, como nos enviaria uma cópia para nosso conhecimento.

Em Setembro como não tínhamos

recebido, nem a proposta do Dec. Lei, nem notícias sobre o seu rumo, fizemos um requerimento a pedir explicações.

Ou seja, já passaram dois anos desde que o actual Ministro recebeu o diploma pronto para discussão pública, deixado pelo anterior governo, e um ano desde que recebeu os contributos de mais de 4 dezenas de entidades. É só mais um exemplo do rumo e do dinamismo do Sr. Ministro do Ambiente.

Nesse sentido apresentaremos um Projecto-lei, que esperamos tenha o apoio de todas as bancadas no sentido de resolver definitivamente este passivo ambiental.

(...)



Intervenção sobre o regime de utilização dos recursos hídricos

Deputado Ricardo Martins
Assembleia da República, 8 de Fevereiro de 2007

(...)

Debatemos hoje a Proposta de Lei n.º 112/X que autoriza o Governo a aprovar o regime de utilização dos recursos hídricos.

Com a presente autorização legislativa pretende o Governo aprovar um **novo regime jurídico dos recursos hídricos**, nos termos estabelecidos pela Lei da Água, mais concretamente, no seu artigo 56º que institui, ao abrigo dos princípios da precaução e da prevenção, que as actividades que tenham um impacte significativo no estado das águas só podem ser desenvolvidas desde que ao abrigo de um título de utilização.

Faz ainda o Governo acompanhar o presente pedido de autorização legislativa do respectivo projecto de decreto-lei.

Em no preâmbulo deste projecto de diploma, afirma o Governo que, e passo a citar: *“o novo regime não vem sujeitar a licenciamento novas utilizações que não devessem já ser tituladas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro”* (fim de citação), diploma que alias se propõe substituir.

Com efeito, de uma leitura atenta do diploma anexo resulta que as novidades são escassas, transcorrem da lei 58/2006 e passam sobretudo por 3 ou 4 elementos distintivos da anterior lei, a saber:

- O acrescento de uma nova figura de atribuição de títulos, a **autorização**, que se junta às actuais figuras da **licença** e da **concessão**.

- O estabelecimento de **garantias ao direito de uso privativo** do domínio público hídrico objecto de um título de utilização;

- O **enquadramento legal dos empreendimentos de fins múltiplos ou equiparados** designadamente, com a obrigatoriedade da sua gestão caber a uma única entidade, pública ou privada;

- E a criação de um **Sistema Nacional de Informação dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos**.

(...)

Estão prestes a passar 2 anos sobre a data de tomada de posse deste executivo, dois anos que no que toca ao Ministério do Ambiente se podem qualificar como 2 anos perdidos, tal foi a marca de total inacção que pautou o desempenho desta equipa que tutela o Ambiente.



A política da água é disso mesmo um exemplo paradigmático.

Menos de 3 meses depois da tomada de posse, mais concretamente em 5 de Junho de 2005, reunia o Governo em Conselho de Ministros Extraordinário, em Sagres, e comunicava ao País a aprovação de um vasto conjunto de diplomas com especial relevância para a aprovação da **Proposta de Lei que aprovava a Lei-Quadro da Água, a Proposta de Lei que estabelecia a titularidade dos recursos hídricos** e os **Decretos-Lei que complementavam a transposição da Directiva Comunitária 2000/60/CE** designadamente, um decreto-lei que estabelecia um conjunto de normas sobre a gestão sustentável dos recursos hídricos e um outro que estabelecia o regime económico e financeiro da utilização dos recursos hídricos.

Tal fulgor, na apresentação dos diplomas a escassos meses da tomada de posse, para além de se ter esgotado nesse momento como é hoje facilmente constatável, tinha uma explicação de todos conhecida – o anterior Governo havia deixado pronta uma Proposta de Lei-Quadro

da Água, que inclusive tinha sido colocada em discussão pública em Dezembro de 2004, e o actual titular da Pasta do Ambiente limitou-se a separar a Lei que encontrou pronta em 3 diplomas e submeteu-os a aprovação em Conselho de Ministros.

Dois, deram entrada nesta Assembleia a 22 de Junho e depois de um processo legislativo largamente participado culminaram nas actuais Leis 54 e 58/2005 mas, **curiosamente**, o Decreto-Lei que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, um dos mais importantes para o sector e que foi aprovado na generalidade na mesma reunião do Conselho de Ministros, **continua a marcar passo** no Gabinete do Senhor Ministro.

É caso para perguntar ao Senhor Ministro se esta aprovação foi um **acto falhado**, se o **diploma se extraviou** ou então se **contempla erros tão grosseiros** ou **valores tão gravosos** para os portugueses que o Governo pretende mantê-lo, enquanto puder, no recato dos gabinetes, mesmo incorrendo assim no incumprimento do disposto no número 2 do artigo 102 da Lei da Água que obriga o Governo

a aprovar no **prazo de três meses** após a entrada em vigor da Lei o decreto-lei que estabelece o regime económico e financeiro.

Senhor Ministro onde já vão os 3 meses, (eu lembro a Câmara que a lei da água já foi publicada em 29 de Dezembro de 2005), pelo que passou quase um ano sobre a data limite para a aprovação deste Decreto-Lei e não se compreende, **não é inteligível**, que o Governo falhe o prazo de publicação de um diploma que, supostamente, está pronto e aprovado há quase 2 anos.

Mas idêntica sorte teve o outro diploma aprovado na generalidade a 5 de Junho de 2005 e ainda não conhecido e que respeita a matérias tão sensíveis como

- As especificações técnicas e os métodos normalizados de análise e de controlo do estado da água a utilizar nos programas de monitorização;

- A listagem dos principais poluentes e substâncias prioritárias, os valores limite de emissão ou as normas de qualidade ambiental;

- A Caracterização das águas das Regiões Hidrográficas.



Tudo matérias previstas no Decreto-lei que aprova o regime de utilização dos recursos hídricos mas que o mesmo remete para normativos a serem aprovados posteriormente.

Mais uma vez não se compreende esta decisão do Governo.

Na falta destes diplomas já aprovados em Conselho de Ministros, brinda-nos o Governo com o Regime de Utilização dos Recursos Hídricos também este, é importante dizê-lo, em **completa derrapagem de prazos** já que deveria ter sido regulamentado até Março, mas de 2006. Ou seja também há um ano atrás.

(...)

Passou um ano sobre a data de aprovação da Lei da Água e, para além do regime de utilização dos recursos hídricos que hoje analisamos e que vem com um atraso de sensivelmente 1 ano, o Governo nada mais fez para dar sequência às disposições então aprovadas.

1. Ainda não foram constituídas as Administrações de Região

Hidrográfica, sendo que o Governo está obrigado a transferir para estas entidades os meios patrimoniais, financeiros e humanos bem como as posições contratuais, actualmente na esfera das CCDR, até ao final deste ano;

2. Ainda não foi feita a **delimitação georeferenciada das Regiões Hidrográficas**;

3. Não estando criadas as Administrações das Regiões Hidrográficas, não há **Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica nem Planos Específicos de Gestão das Águas**, já que estas competências são da exclusiva responsabilidade das ARH;

4. Na área do **Ordenamento** faltam ainda aprovar um conjunto significativo de Planos de Ordenamento de albufeiras de águas públicas e de ordenamento dos estuários;

5. Devia estar operacional até final de 2006 e não está um **programa nacional de monitorização do estado das águas superficiais e subterrâneas** e das zonas protegidas;

6. E ainda não foi aprovado o normativo legal que enquadra a criação, reconhecimento, estatutos e regras de funcionamento das **Associações de Utilizadores**;

Só para citar alguns exemplos.

Senhor Ministro, a verdade é que sem a construção deste quadro normativo, que devia estar concluído até final do ano passado, o diploma que hoje analisamos torna-se impraticável.

É um emaranhado de disposições legais que ora remetem para diplomas que já deviam estar aprovados ora remetem para novos normativos a aprovar no futuro, como é o caso dos elementos que devem informar o conteúdo dos títulos de utilização, matéria remetida para portaria mas que, curiosamente, a anterior lei especificava. Neste caso concreto estamos em presença de um evidente retrocesso legislativo face à lei de 94.

E Sr. Ministro a forma que escolheu para fugir à questão da não publicação atempada do Decreto-Lei que estabelece o Regime Económico e Financeiro da Água, dizendo que este só poderá ser aprovado depois de publicada a presente legislação sobre o regime de utilização dos recursos hídricos, é no mínimo caricata. É que foi este Governo que aprovou o Regime Económico e Financeiro em Reunião do Conselho de Ministros de 5 de Junho de 2005 sem antes ter

aprovado o regime de utilização dos recursos hídricos.

Afinal em que ficamos? Qual é que afinal tinha que ser aprovado primeiro?

(...)

Em jeito de conclusão, queria reafirmar o empenhamento do PSD na construção de um quadro normativo para o sector da água que respeite a sua dimensão ambiental, social e o seu valor económico, reconhecendo a sua escassez e a necessidade de garantir a sua utilização economicamente eficiente, ao abrigo dos princípios da precaução e da prevenção, pelo que viabilizaremos a presente proposta de lei.

Não podemos, todavia, deixar de lamentar que o Ministério do Ambiente esteja, nesta área tão sensível, a acumular atrasos sucessivos e a assumir posturas tibias.

Esta é uma daquelas matérias que exigem energia, empenho e autoridade moral e política, dentro e fora do Governo, características que infelizmente vão faltando ao actual titular da pasta do Ambiente

(...)

O PSD DISSE

Requerimento 801-AC/X/2

Data: 2007-02-02

Assunto: Verbas do QREN para a Região Autónoma dos Açores

Autores

MOTA AMARAL

JOAQUIM PONTE

Enviado a: GOVERNO em : 2007-02-05

Requerimento 817-AC/X/2

Data: 2007-02-02

Assunto: A2 - Lanço Almada/Fogueteiro - Que solução?

Autor

LUÍS RODRIGUES

Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES em: 2007-02-06

MIN ESTADO E DAS FINANÇAS em: 2007-02-06

Requerimento 318-AL/X/2 a 352-AL/X/2

Data: 2007-02-05

Assunto: Petição à Assembleia da República sobre "Tratamento Condigno e Pelo Fim do Extermínio dos Animais em Canis/Gatis Municipais"

Autor

Luis Carloto Marques

Enviado à : Câmara Municipal de

Alpiarça, Alcanena, Abrantes, Amarante, Benavente, Baião, Coruche, Constância, Chamusca, Cartaxo, Entroncamento, Felgueiras, Ferreira do Zêzere, Golegã, Gondomar, Lousada, Mação, Matosinhos, Marco de Canaveses, Maia, Ourém, Póvoa de Varzim, Penafiel, Paredes, Paços de Ferreira, Sardoal, Salvaterra de Magos, Santo Tirso, Torres Novas, Tomar, Trofa, Vila Nova da Barquinha, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde e Valongo.

em: 2007-02-06

AGENDA PARLAMENTAR

QUINTA-FEIRA, DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2007, 15:00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate de urgência, requerido pelo PSD
(Sobre as Provas Globais no 9.º ano)

Projecto de Lei n.º 120/X (PCP)

(Altera a lei que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que manuseiam tais substâncias sem prescrição médica)

VOTAÇÕES às 18H00

SEXTA-FEIRA, DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Projecto de lei n.º 281/X (BE)
(Preços máximos de venda ao público dos medicamentos não sujeitos a receita médica)

Projecto de Resolução n.º 169/X (PEV)
(Recomenda a ratificação do Tratado)

Proposta de Lei n.º 113/X (GOV)
(Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território)

Notícias dos Açores

PSD quer alterar regimento para obrigar Governo a ir ao Parlamento

O líder parlamentar do PSD/Açores anunciou a apresentação de uma proposta para rever o regimento da Assembleia Legislativa Regional, alegando a necessidade de obrigar o Governo socialista a responder politicamente perante os deputados.

“O grupo parlamentar do PSD/Açores, logo depois de concluída a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, irá propor a revisão do regimento, para que o Governo seja obrigado, legislativamente, a comparecer perante o parlamento”, adiantou Clélio Meneses.

O dirigente social-democrata açoriano falava, em Ponta Delgada, durante as jornadas parlamentares que juntaram deputados às assembleias da República e Regional, e que terminam sábado com a presença do líder do PSD, Marques Mendes, conforme o PL descreveu na edição passada.

Segundo Clélio Meneses, o

presidente do executivo açoriano, Carlos César, “raramente vai ao parlamento de forma efectiva”, o que demonstra que é o próprio Governo Regional “que não respeita minimamente” a Assembleia Legislativa Regional.

“Qualquer dia, os parlamentos acabarão por ter como principal utilidade ser a esponja dos males da política”, afirmou Clélio Meneses, para quem o “papel sobre” dos deputados está em risco de ser “abafado” pela vontade do executivo.

O líder da bancada do PSD/Açores criticou, ainda, a criação de sociedades anónimas para várias áreas, como a Saúde, Obras Públicas e Ambiente, alegando que estas entidades “são apenas e só um meio do Governo Regional de fugir às suas responsabilidade públicas”.

Diversas “actividades da vida pública são geridas por sociedades anónimas, todas elas fugindo ao

controlo parlamentar”, realçou Clélio Meneses.

No primeiro dia dos trabalhos, o líder nacional da bancada do PSD adiantou aos jornalistas que as maiorias absolutas socialistas existentes na República e nos Açores “comportam-se com uma arrogância e com uma falta de humildade democrática inadequada” com o esforço de desenvolvimento do país e da região autónoma.

“Existe uma fuga ao escrutínio democrático permanente por parte dos executivos em relação aos parlamentos e, numa democracia que se quer de qualidade, isto é, necessariamente, preocupante”, alertou Marques Guedes.

As jornadas parlamentares dedicadas ao tema “Parlamentos no Século XXI”, terminaram sábado com a presença do líder do PSD, Marques Mendes, que visitou várias ilhas dos Açores.

Marques Mendes disse que a sociedade açoriana está um “asfiziada”

O líder do PSD, Marques Mendes, afirmou já fim da sua visita, que a sociedade açoriana demonstra sinais de estar um “asfiziada”, devido à “tentaçao” dos poderes públicos regionais de “controlar” as suas actividades.

“A sociedade açoriana está asfiziada, precisando de respirar, ter mais vida e de exercer livremente as suas actividades”, alertou Marques, que falava durante visita à ilha Terceira.

Recusando que exista falta de democracia nas ilhas, o líder social-democrata salientou que existem, porém, “tentações de controlar e manietar, e às vezes até algumas ameaças e alguma chantagem, o que não é bom”.

– Gab. Imp. PSD/A

Notícias de Aveiro

A CMA assinala o “dia dos Namorados”

Com vista a assinalar um dia especialmente dedicado ao namoro e ao amor, a autarquia aveirense, em colaboração com as instituições hoteleiras do concelho, organizou um conjunto de acções que irão decorrer na Praça Joaquim Melo Freitas e nos canais da Ria de Aveiro, das 14.00 às 23.00 horas.

As iniciativas a dispor dos casais

são variadas e convergem num ponto único: o amor. Assim, os canais das Ria de Aveiro e os Moliceiros estarão iluminados; a Praça Joaquim Melo Freitas terá pontos de venda de flores, artesanato e ovos-moles e a animação ocorrerá nas ruas da cidade (centro) ao final do dia.

Os casais terão ainda disponíveis barcos moliceiros que farão o

transporte das pessoas até restaurantes e bares do Mercado do Peixe ou apenas para passearem pelos canais da Ria de Aveiro, ao preço de 2,50 euros por pessoa. De realçar que os bares e restaurantes também se associaram a esta iniciativa com descontos e promoções especiais para o efeito. Um dos que terá animação especial é o do Estádio.

Esta iniciativa tem como principal objectivo fomentar o turismo na cidade de Aveiro; desenvolver a apetência dos aveirenses e visitantes para a Ria de Aveiro e os seus recursos; potenciar o consumo nas instalações de hotelaria da região; e sensibilizar as pessoas para a oferta turística que Aveiro proporciona. Por outro lado, a autarquia pretende abrir a cidade de Aveiro a novas iniciativas realizadas com os agentes turísticos da região.

O Dia dos Namorados, igualmente conhecido pelo Dia de São Valentim assinala-se em Portugal há relativamente pouco tempo, uma comemoração importada de outros países, como por exemplo, Estados Unidos da América, França e Inglaterra.

O dia de São Valentim tem a sua

origem provável numa simbiose entre a religião católica e as religiões pagãs. Na antiga Roma, a 14 de Fevereiro, era comemorado o dia de Juno, rainha dos deuses romanos (deusa das mulheres e casamento). Outra variante da origem aponta para o festival dedicado ao deus Pã grego que velava pela fertilidade dos campos e pela fecundidade dos rebanhos. Este festival, com o nome de Lupercalia, comemorava-se no dia 15 de Fevereiro, onde se sorteavam os nomes de jovens solteiras entre os rapazes candidatos a namoro. Mais tarde, este festival, adoptado pela religião católica, foi apadrinhado por São Valentim que morreu a 14 de Fevereiro. São Valentim, segundo reza a lenda, era um padre que casava secretamente os pares de namorados e por ser proibido o casamento, foi decapitado.

Inicialmente este santo popularizou-se muito em França e Inglaterra a posteriormente nos Estados Unidos da América. A troca de cartões ultrapassou fronteiras do amor e Aveiro irá assinalar este dia através da realização de passeios pela



Ria, pela oferta de ovos-moles e pelo ambiente musical criado pelas tunas.

Tecnologias de Informação e Comunicação na Biblioteca Municipal

Arrançou a nova fase do projecto de Tecnologias de Informação e Comunicação na Biblioteca Municipal de Aveiro, que obriga ao encerramento parcial da biblioteca entre os dias 12 e 21 de Fevereiro.

O Serviço de acesso às publicações diárias continuará disponível entre as 9.00 e as 12.30 horas e entre as 14.00 e as 17.30 horas bem como as devoluções. Só não será a possível a consulta e empréstimo de obras devido às condicionantes do projecto. O encerramento da biblioteca deve-se à implementação de um sistema de cablagem estruturada para a instalação de equipamentos informáticos relativos à nova fase do projecto TIC.

No âmbito do Projecto “Tecnologias de Informação e Comunicação TIC” a Biblioteca Municipal de Aveiro irá ser apetrechada com equipamento informático com a finalidade de facilitar um conjunto de serviços interactivos através da Internet, a pesquisa dos catálogos, a localização do título, a reserva e o empréstimo de documentos e a troca de informações entre os utilizadores. Deste modo, pretende-se, com a criação destes novos canais de comunicação, aumentar a conveniência e a eficácia do atendimento e estimular a leitura.

Os fornecimentos de diversos

equipamentos informáticos para a Biblioteca Municipal de Aveiro serão financiados em 50 por cento, mais concretamente no valor de 80.314,00 euros, pelo Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

I Curso de Formação em “Salicultura Tradicional de Aveiro”

O I Curso de Formação em “Salicultura Tradicional de Aveiro” que teve início no dia 5 de Fevereiro, nas instalações da “Multiaveiro”, na Rua Cais dos Remadores Olímpicos (Antigo Cais de São Roque), termina no final do mês de Julho.

Com início marcado para 5 de Fevereiro, pelas 17.30 horas, na “Multiaveiro”, as sessões teóricas realizar-se-ão semanalmente às Segundas e Terças-feiras entre as 18.00 e as 20.00 horas, até finais de Julho de 2007. O curso destina-se a actuais e futuros marnotos, proprietários e público em geral.

Durante este período os participantes irão adquirir conhecimentos científicos e técnicos para trabalhar ao nível da salicultura tradicional. A componente prática permitirá alcançar esse objectivo, conferindo aos formandos aptidão na arte de limpar e reconstruir uma marinha, assim como, todo o processo de produção de sal marinho artesanal.

No âmbito da acção 2 de Valorização Económica e Social do projecto comunitário INTERREG III, a Câmara Municipal de Aveiro organizou um curso de formação subjugado à temática da Salicultura Tradicional de Aveiro. Esta acção tem por objectivos preservar e valorizar a identidade e o património natural e



cultural aveirense; colaborar no processo de educação ambiental; dar a conhecer a zona lagunar e os métodos regionais de exploração salícola; contribuir para o desenvolvimento económico e cultural da região; conferir certificação profissional aos marnotos para activar o processo de reconhecimento da profissão e qualificação do produto; e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade marnoteira.

Importa referir os módulos teóricos que serão abordados no curso: a história da actividade salinifera; o meio ambiente lagunar e salícola; as vivências da classe marnoteira; os tipos de sal e respectiva diferença química; a composição química do sal; os derivados do sal e do ecossistema salinífero; a estrutura interna da marinha; o circuito da água; a safra

do sal; as aplicações do sal; o marketing e a comercialização do sal e seus derivados; o processo de certificação do sal; a higiene e segurança no trabalho; as marés e energia hidráulica.

Em relação à componente prática o marnoto irá referir e aplicar as regras de construção de uma marinha; a construção da estrutura interna da marinha de sal; o circuito de água; o solo salícola e a feitura do sal.

Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, o curso de formação tem como parceiros a Universidade de Aveiro; a Comissão instaladora da futura Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro; a “Salcentro”; “Sativa” e “Multiaveiro” (entidades formadoras).

– Gab. Imp. CMA

Notícias de Braga

Os vereadores eleitos pelo PSD e a Gestão e Conservação de Jardins e Outros Espaços Ajardinados

Os vereadores eleitos pelo PSD para esta autarquia, continuam a manter uma profícua actividade, procurando intervenções em todos os aspectos da vida da cidade, que têm a ver com o bem estar e a qualidade de vida dos munícipes. Assim, sobre a Gestão e Conservação de Jardins e Outros Espaços Ajardinados propuseram:

i) a melhor gestão autárquica é aquela que se faz com total cooperação e coordenação entre o Executivo Municipal e as Juntas de Freguesia;

ii) a descentralização administrativa assegura a

concretização do princípio da subsidiariedade, devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível territorial melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade dos cidadãos;

iii) não existem impedimentos a uma descentralização funcional no território municipal, devendo esta ser usada para evitar burocracias e para aproximar os serviços das populações;

iv) a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) celebraram já em

Dezembro de 2002 um Protocolo em que estas Associações consideraram essencial propiciar o exercício de mais competências pelas Juntas de Freguesia;

v) a própria Câmara Municipal de Braga soube, em devido tempo, assumir iniciativas pioneiras de descentralização de competências nas Juntas de Freguesia que urge reforçar e diversificar, em prol da qualidade do serviço prestado às populações;

Submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 08 de Fevereiro de 2007, a proposta de descentralização de competências

nas Juntas de Freguesia do Concelho, em matéria de GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS AJARDINADOS.

Com vista à prossecução desta proposta, deverá a Câmara Municipal:

1. Efectuar o levantamento das áreas de Jardins e Outros Espaços Ajardinados (áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva) existentes em cada Freguesia do Concelho (que constará como Anexo I ao Protocolo);

2. Preparar a Minuta do



Protocolo (ANEXO A) a estabelecer com cada Freguesia;

3. Propor a todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho a aceitação do respectivo Protocolo;

4. Submeter aos órgãos autárquicos, nos termos da Lei, a aprovação das versões finais dos Protocolos que vierem a ser celebrados.

Vereadores querem transparência na gestão das verbas da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

Os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” confrontaram o Presidente da Autarquia com a forma como a Câmara Municipal de Braga (CMB) vem gerindo o seu relacionamento com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ).

As dúvidas destes Vereadores foram suscitadas pelas expressões de desagrado que foram vertidas para as duas últimas Actas das reuniões da Comissão Alargada da CPCJ, nas quais foram expressas sérias reservas quanto à forma como a Autarquia colabora com esta instituição e quanto à forma como gere os recursos que recebe do Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS) para apoio à mesma.

A saber, quer na reunião de 14 de Junho, quer na reunião de 21 de Novembro de 2006, os membros da Comissão Restrita da CPCJ lamentaram que a CMB não “disponibilize uma viatura para as visitas domiciliárias urgentes, nem para uma retirada de emergência”, acrescentando-se que “os técnicos desta Comissão, embora tenham referido que não utilizariam carro próprio, vêm-se na contingência de o usar, uma vez que o sentido de responsabilidade exige uma resposta pronta e adequada a todas as situações de emergência, com todas as consequências que disso possam advir, nomeadamente, um acidente”.

Na primeira dessas reuniões, em que esteve presente a Vereadora Palmira Maciel, esta assegurava que “a Câmara Municipal já disponibilizou um carro com motorista para esse efeito, mas que, por vezes, os motoristas e as viaturas estarão ocupadas noutros serviços, como a deslocação de técnicos da CMB”. Daí que a Vereadora recomendasse “o uso de táxis, cujo serviço será pago pela CMB por conta do orçamento que recebe para o CPCJ”.

Tais argumentos não terão convencido as responsáveis da CPCJ que aí davam também nota de que “já tem acontecido solicitar à CMB a referida viatura, quando ela é precisa, e nem a viatura vem quando é solicitada nem é dada à CPCJ qualquer satisfação, o que, obviamente, causa muitos transtornos e perdas de tempo no serviço da Comissão”. Por outro lado, consideram, “é inaceitável exigir aos técnicos que adiantem dinheiro para pagar o táxi”, uma vez que a CPCJ não dispõe de qualquer Fundo de Manócio para fazer face às suas despesas correntes.

Ainda a fazer fê na Acta da reunião de 14/06 do ano transacto, a que os Vereadores agora tiveram acesso, “gerou-se na reunião larga discussão em torno do que a Câmara Municipal tem feito em prol da CPCJ, da utilização que faz do orçamento que a esta pertence, uma vez que ficou a conhecer-se da discussão que o dinheiro que sobra do orçamento mensal da CPCJ reverte para a CMB”.

Ora, esta cealuma levou a que os membros da Comissão apresentassem formalmente os pedidos para que “a CMB passe a disponibilizar à CPCJ extracto da conta corrente do orçamento da CPCJ, (...) por forma a que a cada passo a CPCJ conheça exactamente que disponibilidades financeiras tem e proceder assim mais adequadamente à planificação das suas necessidades” e para que “seja constituído um fundo de manócio que

permita aos Técnicos, sempre que haja necessidade de se deslocarem, poderem fazê-lo sem terem que antecipadamente desembolsar dinheiro para suportar tais despesas”.

Em resposta às questões dos Vereadores da Coligação, a Vereadora Palmira Maciel recordou que a Câmara já paga a renda das instalações da CPCJ (900€, desde que esta saiu de junto do PBX da Câmara para a Junta de Freguesia da Sé), e que mantém um funcionário alocado a esta Comissão a tempo inteiro.

Já o Presidente da Câmara preferiu desvalorizar a questão, dizendo que “a responsável da CPCJ queria um computador portátil, mas ele nem aos seus Vereadores conferia tal benefício” e que “dava de bom grado todo o dinheiro que a CMB recebe ao abrigo do Protocolo entre a Associação Nacional de Municípios e os Ministérios da Justiça e do Trabalho e Solidariedade, se esta assumisse todas as despesas inerentes ao seu funcionamento”.

Recorde-se que, ao abrigo de tal Protocolo e dos Acordos celebrados entre os Municípios e o ISSS, a Autarquia de Braga auferre valores mensais não inferiores a €1.496,39 (para apoio logístico) e €140,86 (para apoio administrativo), de acordo com as verbas contratualizadas em 2003 e anualmente actualizadas à taxa de inflação.



Perante estes dados, os Vereadores da Coligação exigem que a Autarquia assumira uma postura de transparência na gestão das verbas afectas à actividade da CPCJ, anuindo, na reunião da CPCJ que terá lugar na próxima Quarta-feira, às duas solicitações formais que lhe foram apresentadas por esta.

Reconhecendo a amplitude e exigência do trabalho desenvolvido pela Comissão, que só ao longo dos primeiros onze meses de 2006 ultrapassou os 350 processos, entendem os Vereadores da Coligação que já é tempo do Executivo Socialista assumir uma postura de responsabilidade na gestão dos seus recursos, não procurando disfarçar com as verbas da CPCJ, das actividades extra-curriculares do 1º Ciclo ou outras fontes de receita consignada, as debilidades de tesouraria decorrentes da sua gestão despesista e megalómana. - **Os Vereadores Ricardo Rio, Miguel Brito, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo e Américo Afonso**

Socialistas continuam com práticas dos tempos anteriores ao 25 de Abril e o PSD critica coacção sobre Autarcas das Freguesias

A Comissão Política do PSD de Braga repudia publicamente a iniciativa caciqueira, anti-democrática e prepotente dos responsáveis do Partido Socialista de Braga que, em resposta às iniciativas dos Vereadores do PSD com vista ao reforço da descentralização de competências nas Juntas de Freguesia, desencadearam a habitual mobilização tentacular destes Autarcas contra os primeiros.

Na verdade, foi possível apurar que está em curso um novo “movimento espontâneo” de contestação de Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho contra os Vereadores Social-Democratas, desta feita, a pretexto da submissão às reuniões do Executivo Municipal, de propostas que foram consagradas em Protocolo assinado entre a ANMP – Associação Nacional de Municípios de Portugal e a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias.

Como não será de supor que os

Autarcas das Freguesias do Concelho não considerem benéfico para o exercício dos seus cargos e para o serviço prestado às populações aquilo que os seus Colegas do resto do País reivindicaram e conseguiram consagrar em tal Protocolo, tanto mais que tal descentralização de competências é opcional, esta atitude só pode ser explicada pelas vergonhosas pressões dos responsáveis socialistas locais, aqui investidos da pele de cordeiros em diferentes funções no Município.

Como se não bastasse o Abaixo-Assinado que está a ser cozinhado para divulgação próxima ter como mentor e cacique-mor um ex-Vereador (também ele Presidente de Junta de Freguesia) – que aproveitará seguramente os tempos livres da sua reforma dourada na BragaHabit para estes serviços à causa pública -, a própria recolha de assinaturas foi feita no edifício da Câmara Municipal, com a gestão logística dos responsáveis do Gabinete de Apoio às Freguesias, com o cronometrado limite das 18 horas de ontem.

Desta forma, melhor do que de qualquer outra, podem os responsáveis Autárquicos do PS aferir o grau de disponibilidade e motivação para esta forma de “colaboração institucional” dos diferentes Presidentes de Junta, assim evitando a necessidade de aplicação das sempre

incómodas sanções futuras.

Estão os responsáveis do PSD e os Bracarenses em geral profusamente habituados a este tipo de manobras de bastidores dos responsáveis socialistas, com o recurso às habituais “cartas de desagravo” de diferentes protagonistas, aos “elogios fáceis” vindos dos antes insatisfeitos e às intervenções públicas de um sem número de convenientes cidadãos anónimos.

Esta é, porém, altura de dizer basta! Não pode o putrefacto poder em exercício perder totalmente o discernimento quanto ao que é ou não aceitável em democracia, sujeitando os Presidentes de Junta de Freguesia a tamanho grau de coacção política e financeira.

Sob pena de cair a máscara de democratas aos pequenos ditadores em que o povo confia, não podem os responsáveis do PS de Braga utilizar, desta forma despuddorada, recursos públicos para as suas lógicas estritamente partidárias.

Trinta anos depois, é tempo de se demonstrar um mínimo de bom-senso, uma réstia de ponderação e um sinal de que a experiência acumulada pode ter uma qualquer aplicação em prol do bem comum.

Em vez de se arrastarem pelas Freguesias do Concelho com uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma, a fazerem pretensas



pedagogias sobre as prioridades da gestão autárquica que mais menozizam os interlocutores, podiam os responsáveis máximos da Autarquia optar por dar uma aula prática sobre o que deve ser uma postura credível e responsável no exercício destes cargos.

Se assim fosse, não teriam os Vereadores do PS reprovado a proposta “Cooperação e Transparência” com o argumento de que, de tão meritório o propósito dos Vereadores do PSD, tal prática já será

acomodada quando finalmente se virem resultados do BragaDigital, aconselhando os Presidentes de Junta a dedicarem-se por ora à “caça às placas”.

Se assim for, podem tais Autarcas aprovar as duas propostas de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia que serão submetidas à próxima reunião do Executivo Municipal, quanto à manutenção das salas do 1º Ciclo e à limpeza e conservação dos espaços verdes públicos. - CPS/PSD-Braga

Cascais

Ciclo de conferências “De música também se fala” regressou ao Museu da Música Portuguesa

Este ano dedicado à obra do compositor Fernando Lopes-Graça e à música portuguesa do século XX, o ciclo de conferências De Música Também se fala, regressou ao Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria, no dia 3 de Fevereiro, às 17h00.

Aberta a todos os interessados, esta iniciativa orientada por Teresa Cascudo teve como objectivo promover um espaço de encontro para ouvir e falar de música.

O Museu da Música Portuguesa acolhe este ciclo todos os primeiros sábados de cada mês, às 17h00, excepto nos meses de Abril e Agosto.

[Teresa Cascudo] Doutorada pelo Departamento de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa, onde apresentou uma dissertação que aborda o problema da tradição na obra musical e literária de Fernando Lopes-Graça (1906-1994). Entre 1994 e 2001 colaborou, com o Museu da Música Portuguesa, na organização do espólio desse compositor e na realização de várias exposições documentais e acções educativas acerca da sua obra. Foi co-comissária da exposição comemorativa do cinquentenário do compositor e pianista José Viana da Mota no Museu da Música (Ministério da Cultura, Lisboa).

Autora de numerosos artigos no âmbito das Ciências Musicais publicados em livros e revistas de Portugal, Espanha e Grã – Bretanha, Teresa Cascudo é actualmente directora-adjunta da Revista Portuguesa de Musicologia e colabora desde 1999 no jornal Público como crítica de música.

Clube Naval de Cascais com nova Sede

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d’Orey Capucho,



inaugurou no dia 10 de Fevereiro, às 17h00, o Centro de Alto Rendimento de Vela do Clube Naval de Cascais.

As novas instalações vão permitir ao clube assumir-se, já no próximo mês de Junho, como a base da grande competição - o Campeonato do Mundo de Vela - que traz a Cascais mais de 1500 velejadores e cerca de 1000 barcos oriundos de 70 países, confirmando a nossa Vila como a Capital Mundial da Vela.

O projecto, da autoria do arquitecto André Caiado, teve como objectivo remodelar por completo as envelhecidas instalações do clube, mantendo, no entanto, a identidade de uma das mais reputadas escolas de vela do País. O novo equipamento surge agora como parte integrante do eixo Passeio Maria Pia, Marina, Cidadela, reforçando uma antiga e íntima relação com o mar.

Financiado integralmente pela Autarquia através das verbas provenientes da concessão de jogo, a obra ficou orçada em quatro milhões de euros.

Fundado em 1940, o Clube Naval de Cascais assumiu um papel de relevo



no desenvolvimento dos desportos náuticos em Portugal, com especial relevo na Vela. Ao longo de meio século, a escola do Clube Naval de Cascais foi responsável pela formação de muitos velejadores, com projecção nacional e internacional.

Empreitada dos acessos viários e redes de infra-estruturas para o novo hospital de Cascais

Teve início a construção das acessibilidades ao novo hospital de Cascais, obra que inclui a execução de todas as infra-estruturas necessárias ao bom funcionamento da nova unidade de saúde.

Esta empreitada tem um investimento municipal que ascende aos 7 milhões de euros e prevê o alargamento da 3.ª Circular para 2x2 vias, entre a rotunda de Alcabideche e a rotunda a construir a Sul da A5, a construção de um nó desnivelado na 3ª circular a Sul do perímetro da implantação do hospital, o aumento da capacidade da rotunda de Alcabideche, bem como a beneficiação das vias de acesso aos lugares do Cabreiro e Pisão.

Os trabalhos incluem ainda a requalificação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas.

Serão também feitas as necessárias alterações nas redes de fornecimento de energia eléctrica, telecomunicações e gás, a par do reforço da iluminação



pública e a requalificação dos espaços exteriores.

Atletismo - "20" e "5" km de Cascais animam a Baía

A Câmara Municipal de Cascais e o Centro de Cultura e Desporto do Município (CCD) promovem, no dia 18, a partir das 10H00, as provas de atletismo: 20 km de Cascais e a Rapidinha de 5 km.

Este troféu, que se realiza há 24 anos, integra o calendário de provas da Federação Portuguesa de Atletismo, constituindo um dos atractivos da Vila no Domingo de Carnaval.

Este ano a iniciativa reúne cerca de 2000 atletas naquela que será, certamente, mais uma grande festa do desporto.

Tendo como ponto de partida (e também de chegada) a Praça de 5 de Outubro e como anfitriã a bela Baía de Cascais, as duas provas oferecem distintos cenários aos participantes. Os mais afoitos, em melhor condição física, serão convidados a desfrutar de um percurso junto ao mar, até ao Guincho. Para os menos preparados, a sugestão consiste em descobrir os cantos e recantos desta vila.

Assinado protocolo para a prática de Ténis Adaptado

A Câmara Municipal de Cascais, o Centro de Reabilitação de Alcoitão e o Clube de Ténis do Estoril assinaram na segunda-feira, às 17H00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, um protocolo de cooperação que visa fomentar a prática de Ténis Adaptado.

Considerando que o desporto constitui um elemento fundamental no processo de inclusão das pessoas com deficiência, a Câmara de Cascais pretende com o apoio dos parceiros, promover a prática de uma modalidade desportiva com reconhecidas mais valias lúdicas e terapêuticas.

Com a assinatura deste protocolo, o Clube de Ténis do Estoril irá disponibilizar as suas infra-estruturas para a prática de Ténis, numa intervenção a nível comunitário que visa a reabilitação e desenvolvimento psicossocial dos utentes do Centro de Reabilitação de Alcoitão.

O protocolo foi assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, pelo Vice-Provedor da Santa Casa Misericórdia de Lisboa Rogério Carvalho, e pelo presidente do Clube de Ténis do Estoril, João Manuel Rapazote Fernandes. – **Gab. Imp. CM Cascais, fotos Luís Bento**



Notícias de Leiria

PSD discorda da proposta de encerramento do Serviço de Urgência do Hospital de Peniche e acusa o Governo de enganar os portugueses

O distrito de Leiria é, uma vez mais, gravemente penalizado pelas conclusões do estudo nacional da Rede de Urgências encomendado pelo Governo Socialista. Primeiro, em finais do ano de 2006, foi apresentada uma versão para discussão pública, em que a mesma equipa técnica propõe o encerramento de vários serviços de atendimento permanente sem acautelar uma solução alternativa de qualidade e proximidade que garanta a adequada prestação de cuidados primários e de urgência às populações. Agora, além de reincidir no erro de ignorar realidades específicas de alguns concelhos do norte do distrito de Leiria, prevê o encerramento de um fundamental serviço de urgência no concelho de Peniche.

O PSD do distrito de Leiria vem nesta ocasião reafirmar a sua frontal oposição aos fundamentos que o Governo pretender aludir os portugueses nesta “virtual” reestruturação dos Serviços de Urgência. Tal como dissemos no passado, discordamos não só do método como das razões que o Governo procura justificar esta opção que a confirmar-se prejudica gravemente as populações da região, em particular aquelas que hoje já se encontram mais desprotegidas do apoio médico e hospitalar.

Discordamos do método, porquanto o Governo quando se prepara para encerrar serviços médicos essenciais às populações e promove a discussão pública, depois,

de forma arrogante, ignora deliberadamente as posições manifestadas pelos autarcas e inúmeros profissionais da saúde. Mais grave se torna quando, do resultado dessa aparente consulta pública, o sentido das decisões finais confundem-se com a ideia de algum amiguismo político ou de mera conveniência económica imposta pelo descontrolo das contas do Estado.

Discordamos também dos fundamentos. Neste particular, merece-nos especial incompreensão a proposta de encerramento do Serviço de Urgência do Hospital de Peniche, não consignada na primeira proposta e agora apresentado como uma inevitabilidade para a melhoria da rede nacional de serviços de urgência. No distrito de Leiria não são criadas quaisquer novas unidades de urgência hospitalar ou mesmo de urgência básica nos centros de saúde, em contrapartida encerram-se vários serviços de urgência e retiram-se especialidades em alguns hospitais distritais. O PSD, em nome do rigor, questiona o Governo e os responsáveis do Partido Socialista como neste contexto é possível garantir às populações da região que os cuidados de urgência vão melhorar?

O Governo, nesta matéria e com as propostas que apresenta, está a enganar os portugueses. Não é verdade, nem é sério, tentar passar a ideia de que há um saldo positivo entre o encerramento e a abertura de urgências. No caso do distrito de

Leiria regista-se uma grave perda de serviços básicos de urgência e de urgências hospitalar, sem apresentar alternativas credíveis e ignorando que no caso de Peniche a população mais do que duplica no período de Verão, o mesmo acontecendo nos concelhos mais próximos – e apontados como alternativas – de Caldas da Rainha, Torres Vedras, Alcobça ou Nazaré. – **CPD/Leiria - PSD**

Crescentes dificuldades das pequenas e médias empresas

A Comissão Política Distrital de Leiria manifesta a sua preocupação com as crescentes dificuldades das pequenas e médias empresas do Distrito e denuncia a errada centralização de serviços públicos essenciais à população

O distrito de Leiria é, por excelência, uma região de pequenas e médias empresas. É essa a nossa matriz empresarial, é esse o padrão do nosso tecido produtivo. No entanto, as micro, pequenas e médias empresas (PME) têm sido o parente pobre da política económica do Governo. Estão permanentemente ausentes do discurso político e, mais grave que isso, são normalmente esquecidas no dia-a-dia da acção concreta.

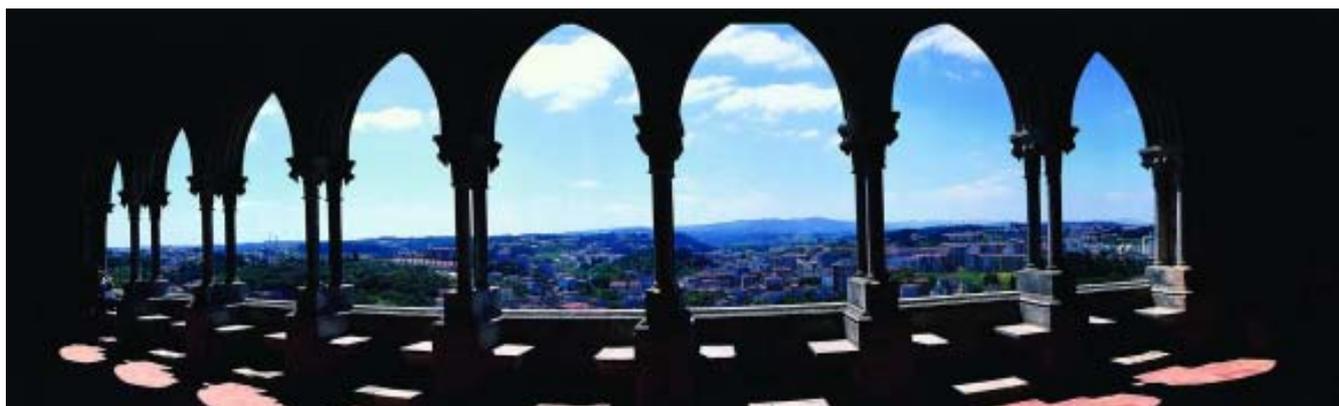
O Governo preocupa-se muito com os grandes projectos e os mega investimentos, muitos deles sem um contributo relevante para a competitividade do País. Mas o Governo deixa ao abandono milhares de pequenas e médias empresas cuja

acção é decisiva para o crescimento económico nacional.

Esta realidade torna-se ainda mais preocupante quando todos os dias assistimos a anúncios de dificuldades e de novas falências, sem que se conheça qualquer resposta por parte do Governo e dos serviços desconcentrados da administração central. O PSD de Leiria defende a urgência de medidas específicas para as PME que contribuam para diminuir os estrangulamentos financeiros e reforcem o aumento da produtividade das empresas, contribuindo assim a sua viabilidade económica e a manutenção dos postos de trabalho. Aliás, em tempo oportuno o líder do PSD apresentou um programa para as PME com objectivos claros e deveria ser rapidamente acolhido pelo Governo.

Nesse contexto, o PSD do distrito de Leiria decidiu eleger como prioridade política a defesa do tecido económico da região e anuncia que será este o tema da sua primeira acção de debate público a realizar proximamente.

Por outro lado, o distrito de Leiria tem sido crescentemente prejudicado pelas medidas centralizadoras deste Governo, em áreas particularmente vitais para as populações como a Saúde, em que foram tomadas decisões à revelia dos autarcas legitimamente eleitos em representação das populações. O PSD do distrito de Leiria responsabiliza o Governo e os dirigentes distritais do PS pelo encerramento sem critério de



diversos Serviços de Urgência no Distrito. O PSD é favorável ao rigor nas despesas públicas, mas considera que na área da Saúde, entre outras, as decisões devem respeitar as melhores condições de assistência médica das populações e recusamos cortes cegos neste domínio.

O anúncio de mais encerramentos de serviços públicos no Distrito, agora na área das finanças, bem como as medidas de reestruturação de vários Ministérios apontam para um processo de regionalização encapotada que recusamos energicamente e os portugueses também recusaram pela via do referendo à regionalização.

O Governo apresentou,

finalmente, o QREN (QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013). Consideramos que trata-se de uma aprovação tardia - esta aprovação já devia ter sido feita até 31 de Julho do ano passado (Resolução nº 25/2006) - e, na prática, poderá significar que Portugal não vai ter fundos financeiros da União Europeia em 2007 mas tão só em 2008. Isto significa que esta aprovação tardia terá consequências graves para o País, para as empresas e para a economia nacional, mas o mais grave é que o modelo de gestão apresentado é Centralista e Governamentalizado, ignorando a participação das autarquias e dos sectores

empresariais.

O PSD de Leiria entende que a concentração de todo o poder de decisão nos Ministros significa que o Governo se prepara para utilizar parte substancial destes Fundos, em função de critérios partidários, de amiguismo político e em função do calendário eleitoral, em particular as autárquicas de 2009. Esta é uma opção política inaceitável.

Numa primeira análise, o PSD de Leiria considera também grave que o próximo QREN ignore o Turismo como uma opção estratégica e não inclua uma preocupação séria com o Desenvolvimento Rural. Toda a gente sabe que há inúmeras interfaces entre as políticas de desenvolvimento regional e de desenvolvimento rural.

O QREN deveria concretizar a forma de articulação com o Programa de Desenvolvimento Rural, designadamente ao nível das regiões. A verdade é que não o faz e mais grave exclui das políticas de desenvolvimento rural as regiões mais deprimidas do Distrito como o Pinhal Interior Norte.

Por último, o PSD de Leiria exorta a população do Distrito a participar na eleição das 7 maravilhas nacionais, em particular apoiando os monumentos seleccionados do Distrito (Mosteiro da Batalha, Mosteiro de Alcobaça e Murallas de Óbidos) que são uma inegável referência histórico-cultural para todos nós. – CPD/PSD-Leiria

De Lisboa

Um comentário livre do “Povo Livre”, a uma sessão animada e controversial da AM

Na semana passada, a Assembleia Municipal de Lisboa reuniu-se em sessão extraordinária para debater a situação política na autarquia lisboeta, depois de a vereadora do Urbanismo ter resolvido suspender o mandato até completo esclarecimento das acusações que lhe foram formuladas.

A reunião, com início marcado para as 15:00 no Fórum Lisboa, tinha como único ponto da ordem de trabalhos uma “reflexão e debate do actual momento político do município”, e foi solicitada inicialmente pelo PS, PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes”, tendo o PSD aderido posteriormente.

A intervenção mais importante foi a do presidente da Câmara, Carmona Rodrigues. Foi a ela que a Imprensa diária dedicou mais espaço, infelizmente deixando que as convicções políticas dos jornalistas (geralmente, pelo tom descabelado que revelaram nos seus “trabalhos”) de extrema-esquerda, se impusessem à ética, que manda separar notícias de comentários. Eles publicaram, em muitos casos, peças de propaganda anti-Carmona e esqueceram o relato objectivo do que aconteceu na sessão. O leitor médio ficou, assim, privado do conhecimento dos factos...

O Presidente classificou de “truques palacianos e anti-democráticos” a hipotética convocação de eleições intercalares, tão tomada como certa e inevitável por certa imprensa e reiterou a vontade de cumprir o mandato até ao fim.

“Deixem-nos trabalhar. A cidade não pode estar refém de truques palacianos e anti-democráticos”,

disse, referindo-se à hipótese de serem convocadas eleições intercalares, como foi pedido pelo vereador do Bloco de Esquerda, José Sá Fernandes.

O autarca lisboeta, sublinhou que lidera “um executivo firme, coeso e equilibrado”.

Carmona Rodrigues afirmou estar disponível para “entendimentos ou mesmo pactos” com todas as forças partidárias, mas não para “pactos de não-governabilidade da cidade de Lisboa”.

O presidente da Câmara dirigiu críticas a todos os partidos da oposição, citando “partido a partido”, situações passadas de actuações erradas e interrogando-os sobre se sentiriam ou estariam em condições de “assumir as suas responsabilidades”.

Sobre o PS, referiu a renúncia ao mandato, no início do ano, do vereador Manuel Maria Carrilho e revelou que o partido “escreveu ao presidente da Câmara afirmando que não delegava voz ao seu número dois”.

Carmona Rodrigues referiu-se ao vereador Nuno Gaioso Ribeiro, a quem a concelha do PS-Lisboa retirou a confiança política depois de este ter criticado publicamente Carrilho, e que é formalmente o líder dos socialistas na Câmara, apesar de a liderança ter sido assumida por Dias Baptista.

Dirigindo-se ainda ao PS, referiu a construção do parque de estacionamento na Praça da Figueira, da responsabilidade da empresa Bragapark, durante um dos mandatos de João Soares à frente de um executivo de coligação com a

CDU, sem cumprimento das mais importantes regras de concessão de licenças.

“Houve algum concurso? Houve alguma aprovação em Câmara? Curiosamente a empresa que o construiu chama-se Bragapark”, disse.

Ao PCP, Carmona Rodrigues sublinhou que o presidente da Assembleia Municipal ao tempo da festa pública dos terrenos da Feira Popular, Modesto Navarro, recebeu uma “carta de aceitação” da Bragapark, dos termos de negócio, nomeadamente o “direito de preferência” sobre a aquisição dos restantes terrenos não incluídos na permuta e que esse assunto, tão trombetado pelo Bloco de Esquerda, lhe tinha caído em cima, sem que nele tivesse responsabilidade real.

O autarca afirmou ainda que os

comunistas assistiram sem protestos a aprovação e realização de projectos urbanísticos que violaram o PDM, exemplificando com um empreendimento em Braça de Prata.

Sobre o Bloco de Esquerda, Carmona Rodrigues afirmou que os deputados municipais daquela força política aprovaram na Assembleia Municipal a permuta dos terrenos do Parque Mayer com os da Feira Popular no mandato passado, transacção que agora é o cavalo de batalha do vereador Sá Fernandes, que como habitualmente, faz a festa completa de (como diz o Povo), atirar os foguetes e ir a correr apanhar as canas

Esse especialista em processar a Câmara, “Não ganhou um único processo dos 14 que moveu nos últimos anos”, disse ainda Carmona, dirigindo-se a José Sá Fernandes, que





até agora só conseguiu, com a providência cautelar sobre o túnel do Marquês, atrasar substancialmente as obras, causando incontabilizáveis, mas gravíssimos, prejuízos, prejudicando gravemente o erário e a qualidade de vida dos lisboetas, afectados pelo estaleiro em que aquela zona está há muito transformada e que já poderia estar pronto e a obra ao serviço.

Carmona Rodrigues acusou ainda o CDS-PP de ter contrariado o acordo que fez com o seu “amigo de infância” José Ribeiro e Castro, o líder dos democratas-cristãos.

O presidente da Câmara afirma ter sido confrontado com as afirmações dos deputados municipais do CDS-PP, após o acordo firmado com a vereadora Maria José Nogueira Pinto, de que o entendimento seria apenas válido para a Câmara e não para a Assembleia Municipal. “Que raio de acordo é esse?”, desabafou.

“Está ou não a oposição em condições de cumprir o mandato?”, questionou Carmona Rodrigues. - **PL, por L. Vasconcelos Matias**

Túnel do Marquês será aberto em Abril, as obras concluídas em Março, segundo Carmona Rodrigues

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carmona Rodrigues, anunciou que as obras do Túnel do Marquês deverão estar concluídas em Março, prevendo que equipamento abra à circulação em Abril.

“As obras estarão prontas em Março. Provavelmente abrirá em Abril”, disse Carmona Rodrigues na reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa convocada para discutir a situação política na autarquia.

A conclusão do Túnel, que

começou a ser construído em Agosto de 2003, tem um atraso de mais de dois anos face à data inicialmente prevista – que seria de um ano e meio depois do início das obras.

Uma providência cautelar interposta por José Sá Fernandes, actual vereador do Bloco de Esquerda na Câmara de Lisboa, obrigou a uma paragem dos trabalhos durante mais de sete meses.

A Câmara de Lisboa adjudicou a obra em 2003 por ajuste directo à Construtora do Tâmega por 18,749 milhões de euros.

Em Novembro de 2006, Carmona Rodrigues, anunciou a aplicação de uma multa de 3,1 milhões de euros ao consórcio responsável pela obra do Túnel do Marquês pelo atraso na execução da obra.

Questionado sobre os custos finais da obra, o presidente da autarquia a firmou, na altura, que não sabia, afirmando apenas que “os custos estão dentro dos parâmetros aceitáveis para obras deste tipo”. - **Fonte: Lusa**

Teatro Variedades do Parque Mayer abre em Maio de 2008 depois de obras

O teatro Variedades, no Parque Mayer, em Lisboa, terá a partir de Maio de 2008 uma programação regular, desenvolvida por uma produtora privada, que assegurará também a reabilitação do espaço, revelou à Lusa o vereador da Cultura.

A produtora Utopia ficará com os direitos de utilização do Variedades durante quatro anos, no âmbito de um protocolo com a empresa municipal de gestão de equipamentos culturais (EGEAC).

Além de actividades nas áreas do teatro, cinema, música e dança, um requisito imposto pela Egeac, na pré-programação apresentada pela produtora incluem-se também espectáculos de novo circo e

multimédia.

Ciclos temáticos de cinema, um concurso de bandas e um festival de jazz são algumas das iniciativas previstas pela produtora, a mesma que produziu o filme “O Crime do Padre Amaro”.

Segundo o vereador da Cultura na Câmara de Lisboa, José Amaral Lopes (PSD), que é igualmente presidente da EGEAC, as obras de reabilitação do teatro serão realizadas até Maio de 2008, altura em que abrirá ao público.

“Pela primeira vez, a Câmara não aumenta a despesa e dá à produtora a

possibilidade de desenvolver a sua actividade e rentabilizar os seus investimentos através das suas próprias receitas”, sustentou Amaral Lopes.

O vereador explicou que chegaram à Câmara de Lisboa várias propostas para a exploração do Variedades, mas todas, com excepção da colocada pela produtora Utopia, previam que fosse a autarquia a financiar as obras.

Segundo Amaral Lopes, esse investimento, que se situaria em cerca de 600 mil euros, não fazia sentido porque o espaço poderá ser demolido na sequência da reabilitação do Parque Mayer.

O protocolo com a Utopia prevê, aliás, que a produtora possa desocupar o teatro quando o projecto de reabilitação o ditar, podendo nesse caso ocupar a sala mais pequena do Cinema São Jorge.

A produtora compromete-se a realizar as obras respeitando a traça do edifício, que está no perímetro de 50 metros da classificação do teatro Capitólio.

Amaral Lopes afirmou que este protocolo dispensa a realização de um concurso público, porque, disse, segundo a lei, “as actividades culturais têm outros requisitos”.

“Não há um concurso público porque não estamos perante um conjunto de serviços transaccionáveis”, disse.

O autarca considera ainda que este protocolo é “uma forma exequível de levar pessoas ao Parque Mayer, tornando-o um local mais seguro”.

“Foi a proposta mais vantajosa. Sem aumentar a despesa pública, a Câmara consegue ter uma programação regular no Variedades”, concluiu. - **Lusa**



PSD quer esclarecimentos do governo sobre futuro da Ponte Maria Pia

O PSD/Porto pretende que o governo esclareça as medidas que tenciona adoptar para a reabilitação da Ponte Maria Pia, sobre o rio Douro, atendendo a que não estão a ser respeitados os compromissos assumidos em 2004.

“Passados mais de três anos desde a assinatura de um protocolo nada foi feito, mantendo-se a inadmissível situação de degradação e abandono de um dos expoentes máximos da engenharia em Portugal”, refere-se num requerimento entregue no final da semana passada ao presidente da Assembleia da República.

O documento, é assinado por quatro deputados sociais-democratas eleitos pelo círculo do Porto, entre os quais o presidente da distrital portuense, Agostinho Branquinho.

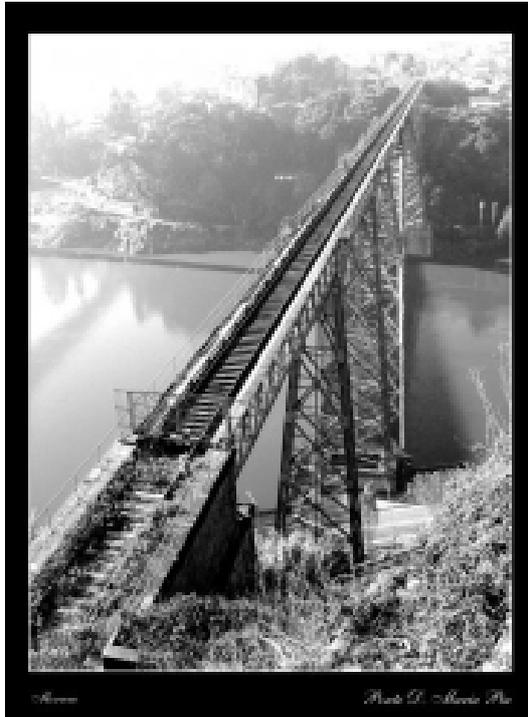
Face à actual situação de abandono em que se encontra a ponte, inaugurada em 1877 e encerrada 114 anos mais tarde, os deputados pretendem que o governo, através do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, informe “que medidas tomará para a reabilitação da Ponte Maria Pia”, recordando que estão em causa compromissos assumidos há três anos.

Na altura, Carmona Rodrigues, então ministro das Obras Públicas, celebrou um protocolo com o Governo Civil do Porto e com as câmaras do Porto e de Gaia, «tendo em vista reconverter a ponte numa pista ciclo-pedonal», que deveria estar concluída no Verão de 2005.

No início de Fevereiro, a Câmara de Gaia revelou que uma questão burocrática, relacionada com a desafecção dos terrenos do domínio público ferroviário, estava a impedir o seu envolvimento no projecto para conversão da Ponte Maria Pia em via ciclo-pedonal.

A Ponte Maria Pia, projectada pela Casa Eiffel e reconhecida mundialmente como uma obra única de engenharia, está sem qualquer utilidade funcional desde 1991, altura em que a travessia ferroviária do rio Douro passou a ser feita pela Ponte de S. João.

Inaugurada em 1877 pela rainha



que lhe deu o nome, a Ponte Maria Pia é considerada a primeira grande obra de Gustavo Eiffel, tendo obtido um prémio internacional de engenharia.

Com 1.600 toneladas de ferro, foi laboratório de soluções técnicas inovadoras para a época, como a concepção de um tabuleiro de 54 metros sobre um arco único de 160 metros de corda.

Na sua construção, ao longo de ano e meio, estiveram envolvidas cerca de 150 pessoas.

Só há duas pontes iguais, uma em França e outra na Alemanha, ambas construídas posteriormente à estrutura que liga as duas margens do Douro.

Depois de desactivada, vários destinos foram apontados à Ponte Maria Pia, tendo, para além do seu desmantelamento, sido admitida a hipótese de corredor do metro ou de um eléctrico turístico, vingando, por mais segura e barata, a opção pela via ciclo-pedonal.

PSD/Porto apoia Rui Rio no aumento das rendas dos bairros municipais

A concelhia do PSD/Porto contestou hoje a “imagem negativa” criada nas últimas semanas a propósito do aumento das rendas das

habitações municipais, louvando a “determinação e coragem política” da autarquia portuense para avançar com esta reforma.

“Ao invés de se resignar perante a existência de casos gritantes de injustiça, onde nem sempre quem ganha mais é quem mais paga, a Câmara do Porto avançou com determinação e coragem política para esta reforma, com a qual o PSD do Porto se congratula”, afirma, em comunicado, a Comissão Política Concelhia social-democrata.

O PSD/Porto, em comunicado, afirma “estranhar e repudiar a imagem negativa que alguns meios de comunicação social e pequenos movimentos de cidadãos,

possivelmente orquestrados por algumas forças da oposição, tentaram passar nestas últimas semanas”.

No texto, assinado pelo presidente da estrutura, Sérgio Vieira, afirma-se também que “a decisão política de actualizar os descontos nas rendas, em função dos rendimentos das famílias, é uma decisão estrutural e necessária que visa, através de um critério equilibrado, criar um quadro socialmente mais justo nos bairros sociais”.

“É falso, como foi propalado e escrito, que o que está em causa neste processo seja só ‘subida nas rendas’”, diz o texto.

O comunicado sustenta ainda que “em muitos casos as rendas diminuem ou mantêm-se, pelo que é completamente ilegítimo que a propósito de muito pequenas e localizadas manifestações de alguns cidadãos se queira vender a imagem de que existe alguma suposta ‘revolta de moradores nos bairros sociais”.

A concelhia social-democrata portuense realça também que, em 2006, a Câmara do Porto - presidida pela coligação PSD-CDS/PP - “investiu na preparação e manutenção dos bairros sociais cerca de 22 milhões de euros, ou seja seis vezes mais do que acontecia no passado recente”.

A Câmara do Porto enviou, recentemente, cartas aos inquilinos dos

bairros municipais informando que o valor a pagar pelas rendas tinha sido actualizado com base na composição e rendimentos de cada agregado familiar.

Sessenta por cento do aumento ou diminuição daquele valor será aplicado, a partir da cobrança da renda de Março, e os restantes 40 por cento, em Fevereiro de 2008.

Esta actualização já motivou também protestos da “concelhia” do Porto da CDU, que acusou a autarquia de estar a violar a deliberação municipal de 2003 com os “aumentos brutais” das rendas.

Rui Rio critica excesso de burocracia da administração pública

O presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, criticou o excesso de burocracia da administração pública, considerando ter sido uma “experiência horrível” o processo para a formação de 30 novos elementos para a Polícia Municipal.

“É muito difícil conseguir fazer qualquer coisa com a administração pública porque tudo parece estar montado para não se fazer nada”, afirmou Rui Rio, após a assinatura de um protocolo com Orlando Romano, director nacional da PSP.

O protocolo prevê a formação pela PSP de 30 elementos que serão afectados no final do ano à Polícia Municipal do Porto, o que permitirá elevar o número de efectivos desta força de segurança para cerca de uma centena.

“Conseguimos o que parecia ser impossível”, frisou Rio, recordando que, apesar de ter falado pela primeira vez deste assunto com o governo em 2002, só agora ele foi resolvido.

Para o autarca, o arrastamento deste processo foi uma das suas “piores experiências” à frente da Câmara do Porto devido aos constantes entraves burocráticos.

Rui Rio descreveu que o assunto começou a ser tratado quando Durão Barroso era primeiro-ministro, não foi resolvido no período em que Santana Lopes ocupou o cargo e apenas foi desbloqueado a meio do mandato do actual chefe do governo, José Sócrates.

Na curta intervenção que proferiu na cerimónia de assinatura do protocolo, Rui Rio manifestou o apoio da autarquia à PSP, criticando os que optam por fazer “críticas que desincentivam” esta força de segurança.

“Parece que tudo o que a polícia faz é objecto de críticas, sendo

também criticada quando não faz nada”, afirmou.

Rui Rio fez ainda um apelo ao director nacional da PSP para que os elementos que vierem a ser integrados na Polícia Municipal do Porto “possuam um nível de qualidade adaptado à factura de formação que a câmara vai pagar”.

Nos termos do protocolo hoje assinado nos Paços do Concelho, a Câmara do Porto vai assumir a totalidade dos custos da formação dos 30 futuros elementos da Polícia Municipal, que ascendem a cerca de 470 mil euros.

Com a entrada destes novos elementos, que deverá ocorrer no final do ano, a Polícia Municipal do Porto passará a contar com 104 efectivos, o que lhe permitirá responder às necessidades actuais.

“Estes 30 elementos vão dar uma belíssima ajuda, que nos vai permitir resolver muitos problemas”, salientou Sarmento Pimentel, vereador da Protecção Civil, admitindo que a Polícia Municipal ficará com meios humanos adequados às actuais necessidades.

Por seu lado, o director nacional da PSP, Orlando Romano, admitiu que esta força policial atravessa uma “situação difícil em termos humanos”, mas assegurou que a polícia “está em condições de realizar todas as tarefas necessárias para manter os níveis de segurança”.

Animação e Cultura – o Carnaval na Invicta

Este ano o Carnaval é na Invicta. Pela primeira vez, a Câmara Municipal do Porto preparou um programa de Carnaval que vai encher a Avenida dos Aliados de música e cor.

Durante a tarde do dia 20 de Fevereiro, das 15 às 19 horas, a sala de visitas da cidade vai receber um folhetim musical, espectáculo cómico que será intercalado com música de baile para que todos possam dar um “pézinho de dança”.

Os figurinos do folhetim, com música original de Telmo Marques, são da responsabilidade de Margarida Wellenkamp e Elisabete Pinto. O elenco é composto por actores da “Panmixia”.

Esta iniciativa da Empresa Municipal Porto Lazer, com a direcção artística de José Carretas, pretende instaurar uma tradição carnavalesca na cidade, aproveitando memórias e histórias do passado.

Para abrir o apetite para a terça-feira de Carnaval, os festejos começam logo dia 15 de Fevereiro com várias diversões dirigidas especialmente aos mais novos. Insufláveis, jogos de feira, carrossel e fotografos “a la minute”, juntamente com os tradicionais vendedores de algodão doce, pipocas, castanhas e balões farão as delícias dos mais novos e despertarão as memórias dos mais velhos.

Águas do Porto inaugurou Sala de Comando e assinalou 100 dias de actividade



Álvaro Castello-Branco inaugurou hoje a Sala de Comando da Empresa Municipal Águas do Porto, a cujo C.A. preside. De acordo com o autarca, o evento enquadra-se no contexto de modernização funcional da empresa, cujos primeiros 100 dias de actividade foram detalhadamente analisados por Poças Martins, Presidente da respectiva Comissão de Estruturação.

A nova sala de comando tem como finalidade proporcionar uma coordenação mais eficaz dos serviços, contando com conceitos inovadores capazes de permitir uma maior operacionalidade e rapidez de resposta, não só em casos de emergência como também nas solicitações e reclamações diárias dos utentes efectuadas telefonicamente.

Referindo-se concretamente aos «avanços significativos» já visíveis nesta fase inicial de funcionamento da

empresa, ambos os responsáveis colocaram a tónica na racionalidade da gestão, traduzida na poupança de energia e na drástica redução de perdas de água.

Ainda bem recentemente, aliás, foi registado um valor histórico neste domínio. Pela primeira vez, o consumo de água ficou aquém dos 90 mil metros cúbicos, devido justamente à detecção eficaz de fugas na rede de abastecimento.

Tal facto representou, na óptica de Poças Martins, uma poupança de cerca de 17 mil metros cúbicos de água por dia, ou seja, quase mil contos diários economizados através do combate às perdas reais de água.

Como principais resultados da actividade da empresa ao longo destes 100 dias, o mesmo responsável destacou, para além das questões já referidas, a capacidade existente em efectuar, no próprio dia, reparações

relacionadas com rupturas de condutas e com o entupimento de colectores.

Foi, também, criada uma rede de gestores de zona e fiscais no terreno e concluído o novo regulamento. Firmaram-se, igualmente, contratos de ramais, máquinas e pavimentos e procedeu-se à simplificação de processos de licenciamento. Entretanto, o reservatório da Pasteleira já se encontra operacional desde a semana passada.

Por outro lado, com o novo modelo de gestão da empresa, foi já possível reduzir para metade o montante de trabalho extraordinário e suplementar.

Poças Martins considerou ser possível que, dentro de dois a três anos, todas as casas da cidade do Porto possam estar ligadas à rede de saneamento. Actualmente, faltam 25 mil. – Fontes: lusa e CM Porto

Notícias da Madeira

PSD reúne extraordinariamente para discutir a lei das finanças locais

A Comissão Política Regional do PSD-M reuniu extraordinariamente para se pronunciar sobre a decisão do Presidente da República de promulgar a Lei das Finanças Regionais, revelou, à Agência Lusa, o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, que se escusou a fazer comentários sobre a decisão de Cavaco Silva.

O PSD-M e o Governo Regional consideram a lei das Finanças Regionais inconstitucional, por atentar contra o Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira.

Os partidos da oposição parlamentar madeirense - PCP-M, BE-M e CDS/PP-M - condenam a atitude do Presidente da República por considerarem que a LFR é prejudicial para a Madeira.

Paulo Martins, dirigente e deputado do BE-M, classifica de “extremamente grave” a decisão e Edgar Silva, do PCP-M, afirma que a promulgação “é uma grande frustração e para o presidente do CDS/PP-M, José Manuel Rodrigues, a decisão de Cavaco Silva “é uma má notícia mas não surpreende” apontando dois caminhos: “pedir, através da Assembleia Legislativa, que o Tribunal Constitucional aprecie possíveis ilegalidades da Lei que ferem o Estatuto Político Administrativo ou a Região se adapta às novas circunstâncias financeiras”.

Só o PS está contente, com Jacinto Serrão adiantando que o Presidente da República está em sintonia com o Governo da República”

No âmbito da LFR, a Madeira receberá menos 34 milhões de euros do Orçamento de Estado para 2007. - Lusa

Uma oferta preciosa: o “Diário de Lisboa”, do nascimento à morte



1990, foi um jornal de referência durante sete décadas, cobrindo assim uma parte importantíssima da História de Portugal do séc.XX.

Sintra avança com o “parque Urbano do Século XX”

O Parque Urbano de São Marcos vai ser alvo de uma mega-intervenção, inédita no país, com a construção de três ETAR's que irão fazer o aproveitamento das águas residuais para rega de 120 mil m² de espaços verdes. A apresentação pública decorreu no dia 1 de Fevereiro, às 11H00, no Centro Lúdico de São Marcos, junto ao Tagus Park.

Neste evento foi apresentado o projecto que, entre outras vertentes, inclui a construção de três ETAR's para aproveitamento das águas residuais. Na cobertura destas ETAR's foram colocados vários painéis solares que irão alimentar todo o sistema de iluminação pública do parque. Estas medidas permitirão tornar o Parque Urbano de São Marcos num exemplo a seguir no século XXI.

Desta forma, será possível uma redução nos consumos e custos da Câmara de Sintra de 4.675 euros mensais e, ainda, uma redução nos custos de tratamento de água de 5.355 euros mensais, apontando assim para um redução global de 10.030 euros por mês.

Será possível, ainda, colmatar o problema da falta de água no Verão sem recorrer à rede pública de abastecimento, através da utilização das águas subterrâneas disponíveis, mediante a reactivação do furo artesiano existente e dos equipamentos complementares, bem como reutilizar águas dos efluentes domésticos.

O Parque Urbano de S. Marcos está localizado na Freguesia de S. Marcos e tem uma área de 120.491m², com um sistema de rega composto por 787 aspersores e um furo adstrito com 151m de profundidade.

O estudo prévio deste projecto foi realizado pela Câmara Municipal de Sintra, em parceria com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) e com a Agência Municipal de Energia de Sintra (AMES).



Sintra quer marcar posição de destaque no Turismo Cultural

A edição da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), maior certame nacional do sector, decorreu há poucos dias nas instalações da FIL, Parque das Nações. A Câmara de

Sintra esteve presente com a finalidade de atrair ainda mais turistas nacionais e estrangeiros à Paisagem Cultural da Humanidade.

Marcar uma posição no turismo cultural nacional e internacional, dar relevo à importância monumental de Sintra, que tem dois locais candidatos às 7 maravilhas de Portugal, e potenciar o segmento que se refere às infra-estruturas e serviços vocacionados para congressos, exposições e incentivos são as grandes apostas da Câmara de Sintra.

A promoção ao nível do mercado interno é fundamental para Sintra, uma vez que Portugal constitui o primeiro mercado para o concelho em termos turísticos, tendo sido um dos mercados que em 2006 apresentou uma maior subida no número de dormidas.

Com os seus 18 anos de existência, a BTL é um marco na agenda de Janeiro de todos os profissionais de turismo, que participam e visitam a feira com o intuito de dinamizar o seu negócio e lançar as suas novidades.

Separar restos de comida: da teoria à prática...

Os resultados do Projecto de Recolha Selectiva de Restos de Comida foram divulgados a 8 de Fevereiro, em Algalva, altura em que representantes da Câmara de Sintra e alunos mostraram a importância de se separar os resíduos orgânicos.

A Câmara Municipal de Sintra e a Tratolixo apresentaram os resultados de pouco mais de um ano de recolha selectiva de restos de comida (resíduos orgânicos), em algumas freguesias de concelho Sintra.

Desde o início do projecto-piloto, em Setembro de 2005, até Dezembro de 2006, a quantidade recolhida foi aumentando progressivamente, chegando ao actual valor de 70 toneladas por mês e envolvendo produtores comerciais, escolas e produtores domésticos.

Sozinhos, os cerca de mil habitantes do Bairro da Anta, conseguiram evitar que desde Outubro de 2006 fossem enviadas mais de 60 toneladas de restos de comida para aterro. Os números revelam uma operação com grande adesão dos habitantes, devendo ser realçado que houve um aproveitamento médio de 85 por cento do material recolhido (apenas 15 por cento de contaminantes, na sua maior parte resíduos de embalagens).

Este projecto pretendeu alertar (e ensinar) os munícipes para a importância de se proceder à separação dos restos de comida que, posteriormente, devem ser colocados nos contentores da Tratolixo.

Esta iniciativa é inédita no concelho de Sintra, já que as campanhas anteriores visaram unicamente os produtores de lixo. Desta vez, o público-alvo foram os cerca de 3000 habitantes do Bairro da Anta.

A recolha selectiva de restos de comida irá continuar em 2007, prevendo-se que possa chegar no final do ano às 750 toneladas, quase duplicando o valor de 2006.

– CM Sintra





CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Coruche, para reunir no dia 23 de Fevereiro de 2007, pelas 21h00, na sede concelhia do PSD de Coruche, na Rua Direita, n.º 20, r/c, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Visita do Presidente do Partido dia 03 de Março de 2007;
2. Análise da situação Político-partidária;
3. Outros assuntos

DISTRITAL DE SETÚBAL

Nos termos do artigo 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir, em sessão ordinária, no dia 28 de Fevereiro de 2007, sexta-feira, pelas 21h00, no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, sito na Rua da Bandeira, Barreiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Aprovação de contas 2006;
- 2 - Informações;
- 3 - Análise da situação política.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais, convoca-se a Assembleia de Secção de Estarreja do PSD, para o dia 23 de Março de 2007, na Sede da mesma Secção, à RUA Jornal de Estarreja, n.º 109, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 23h00 do dia 23 de Março de 2007.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, até às 24h00 do dia 20 de Março de 2007.

MOSCAVIDE

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia da Secção de Moscavide para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 22 de Março de 2007 (sexta-feira), pelas 18h00, na nossa sede, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, n.º 4, r/C Dto, em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de

Secção para p biénio 2007/2009.

Notas:

A votação decorrerá em urnas abertas no período compreendido entre as 18h30 e as 23h30.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na sede da Secção de Moscavide, até às 24h00 do dia 19 de Março de 2007 (2º feira)

NÚCLEO DE CEDOFEITA/VITÓRIA (Secção do Porto)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o plenário de militantes do Núcleo de Cedofeita/Vitória, da Secção do porto do PSD, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2007, pelas 18h30, na sede do PSD, sita à Rua do Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Cedofeita / Vitória.

Nota: A eleição decorrerá em sistema de urna aberta entre as 18h30 e as 23h00.

As listas candidatas deverão ser apresentadas na sede do PSD do Núcleo de Cedofeita/Vitória, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305 nos prazos e condições estabelecidos no Regulamento Eleitoral.

NÚCLEO DE MATOSINHOS

Clarisse do Céu Sousa, militante n.º 40628, Presidente da Comissão Política da Secção de Matosinhos, ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca a eleição para a Comissão Política de Núcleo de Matosinhos, para o próximo dia 31 de Março de 2007, as urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 19h00, na sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, na freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes às eleições devem ser entregues até às 24h00 do dia 29 de Março de 2007, no local da realização das eleições.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da concelhia de Paredes, para uma Assembleia de Secção a realizar na sede Concelhia, sita na Rua 1º de Dezembro, no dia 10 de Março de 2007, pelas 15h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária.
2. Novos Núcleos.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Penafiel, para

reunir em Assembleia ordinária, no dia 2 de Março de 2007, pelas 21h30, na sala de reuniões da Assembleia Municipal, sita à Rua Joaquim Araújo, Penafiel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Discussão e votação das contas do PSD em Penafiel relativas ao ano de 2006;

Ponto dois: Discussão e votação do orçamento do PSD em Penafiel para o ano de 2007;

Ponto três: Análise da situação política;

Ponto quatro; Outros assuntos.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário de militantes da Secção do Porto do PSD, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2007 (quinta-feira), pelas 21h30, no Auditório da Junta de Freguesia de Paranhos sito à Rua Alvaro Castelões, n.º 831, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1- Aprovação das contas de 2006 e Orçamento para 2007;

2- Análise da situação política.

PROENÇA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Proença-a-Nova, para reunirem no próximo dia 16 de Março de 2007, na sede concelhia – Rua do Vale, em Proença-a-Nova, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 19h00 às 21h00.

As listas candidatas deverão ser entregues conforme o Regulamento Eleitoral até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia na Sede da Secção.



CONSELHO DISTRITAL DA GARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da Guarda, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2007, pelas 21h30, na Sede do PSD de Gouveia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Definição do calendário eleitoral dos Órgãos Distritais e marcação da data do Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Guarda.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Hugo Alexandre Melo de Almeida Miranda)

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital de Santarém da JSD, para o Conselho Distrital a realizar no dia 24 de Fevereiro de 2007, pelas 17 horas, na Sede do PSD na Calçada de Mem Ramires, n.º 10 – 1.º, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Marcação do Conselho Distrital Eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (António Manuel Jorge)

MÊDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Mêda, para uma reunião a realizar no próximo dia 17 de Março de 2007 (Sábado), pelas 17horas, na Sede do PSD da Mêda, sita na Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, na Mêda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital da Guarda ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 17h30 às 18h30.

c) Para qualquer esclarecimento é favor contactar o presidente do Conselho Distrital através do n.º 914 023 172.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Hugo Alexandre Melo de Almeida Miranda)

NÚCLEO DE FORNELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para o núcleo de Fornelos da secção da JSD de Barcelos, para o dia 31 de Março de 2007, pelas 20h, no lugar da Aldeia de Baixo, na Freguesia de Fornelos – Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Fornelos.

2 – Eleição da Mesa de Plenário do Núcleo de Fornelos.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As umas estarão abertas das 20 horas às 22 horas.

O Presidente da Mesa
(João Miguel Sá)

NÚCLEO DE CAMBESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para o núcleo de Cambeses da Secção da JSD de Barcelos, para o dia 31 de Março de 2007, pelas 16h, no lugar de Cruz, na Freguesia de Cambeses – Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Cambeses.

2 – Eleição da Mesa de Plenário do Núcleo de Cambeses.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As umas estarão abertas das 16 horas às 18 horas.

O Presidente da Mesa
(João Miguel Sá)